



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

**Cooperação das Forças de Segurança com a Diocese de Braga na
realização dos eventos religiosos**

PEDRO MIGUEL DA SILVA TEIXEIRA ABREU

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais
Especialização de Gestão de Segurança

Orientação científica:
Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa, 31 de Outubro de 2020

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	IV
ÍNDICE DE TABELAS	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS	V
AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1. Introdução	14
2.2. A Segurança	14
2.2.1. Enquadramento e objetivos	14
2.2.2. A Segurança Interna	17
2.2.3. Forças de Segurança.....	18
2.2.4. Políticas Segurança	21
2.2.5. Desafios da Segurança transnacional e nacional	24
2.3. A Religião.....	28
2.4. Conclusão	31
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	32
3.1. Introdução	32
3.2. A Metodologia	32
3.3. A Recolha dos dados e o instrumento utilizado	36
CAPÍTULO IV – TRABALHO EMPÍRICO	39
4.1. Introdução	39
4.2. Contextualização geral do território de Braga.....	39

4.2.1. Enquadramento histórico	39
4.2.2. Enquadramento Geográfico	40
4.2.3. Vias de Comunicação e Acessibilidades	41
4.2.4. Indicadores Demográficos	42
4.3. A Semana Santa em Braga	43
4.3.1. Braga e o crescente turismo religioso.....	43
4.3.2. Caracterização do evento	45
4.3.3. Quarta-feira Santa – Procissão da Burrinha	48
4.3.4. Quinta-feira Santa – Procissão Ecce Homo.....	49
4.3.5. Sexta-feira Santa – Procissão do Enterro do Senhor	10
4.4. Criminalidade no concelho de Braga	43
4.4.1. Contextualização geral.....	43
4.4.2. A criminalidade na cidade de Braga em tempos de Semana Santa..	50
4.5. O perfil do turista na Semana Santa em Braga	53
4.6. Cooperação e articulação das Forças de Segurança com a Diocese de Braga na realização dos eventos religiosos.....	55
4.7. Conclusão	66
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO, CONCLUSÃO e DEBILIDADES	67
5.1. Discussão.....	67
5.2. Conclusão	68
5.3. Debilidades do trabalho	69
BIBLIOGRAFIA	70

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 SISTEMA NACIONAL DE FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA.	20
FIGURA 2 : LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO DE BRAGA	40
FIGURA 3 : TRAJETOS DAS PROCISSÃO DA SEMANA SANTA.	46
FIGURA 4 : TRAJETO DA PROCISSÃO DA BURRINHA.	48
FIGURA 5 : TRAJETO DA PROCISSÃO «ECCE HOMO».....	50
FIGURA 6 : TRAJETO DA PROCISSÃO DO ENTERRO DO SENHOR.	10
FIGURA 7 : EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE GERAL E DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE , 2006 E 2019.....	43
FIGURA 8 : CRIMINALIDADE GERAL PARTICIPADA EM PORTUGAL ENTRE 2003 E 2019.	44
FIGURA 9 : CRIMINALIDADE GERAL EM PORTUGAL E POR DISTRITO NOS ANOS 2018 E 2019	44
FIGURA 10 : CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE EM PORTUGAL E POR DISTRITO NOS ANOS 2018 E 2019.	46
11 INCIDÊNCIA DE PARTICIPAÇÕES DE CRIMINALIDADE GERAL NOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BRAGA.	47
FIGURA 12 : EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE GERAL NO DISTRITO DE BRAGA ENTRE 2006 E 2019.	48
FIGURA 13 : EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE NO DISTRITO DE BRAGA ENTRE 2006 E 2019..	48
FIGURA 14 : CRIMINALIDADE GERAL - CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM 2019 E RESPETIVA VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 2018.	49
FIGURA 15 : CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE - CRIMES MAIS PARTICIPADOS EM 2019 E RESPETIVA VARIAÇÃO EM RELAÇÃO A 2018.....	50

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 : POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL EM PORTUGAL, REGIÃO NORTE E CONCELHO DE BRAGA.....	43
TABELA 2 : TIPOLOGIA DE CRIMES OCORRIDOS NA CIDADE DE BRAGA DURANTE A SEMANA SANTA (15 A 21 DE ABRIL DE 2019).....	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 : DISTRIBUIÇÃO DOS TURISTAS NA SEMANA SANTA DE ACORDO COM O SEU ESCALÃO ETÁRIO.....	53
GRÁFICO 2 : MOTIVAÇÃO DA VINDA DO TURISTA À CIDADE DE BRAGA NA SEMANA SANTA.....	54
GRÁFICO 3 : PRINCIPAIS PONTOS DE INTERESSE DO TURISTA À CIDADE DE BRAGA NA SEMANA SANTA	55

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai e à minha Mãe pela sua inestimável importância.

A toda a minha família e amigos por todo o apoio e incentivo essenciais para conseguir alcançar este objetivo.

À minha noiva, Joana Miranda, pela força, amor e carinho demonstrados durante estes 14 anos.

Ao ISCPSI, pela oportunidade de frequentar este mestrado que me permitiu evoluir academicamente;

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente, pela amizade, inspiração e total disponibilidade na orientação e incentivo para a realização deste trabalho.

A todos, obrigado!

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
CRP	Constituição da República Portuguesa
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FS	Forças de Segurança
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
LSI	Lei de Segurança Interna
PM	Polícia Municipal
PSP	Polícia de Segurança Pública
RASI	Relatório Anual da Segurança Interna
SEF	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SI	Segurança Interna

RESUMO

A Semana Santa de Braga foi o primeiro evento de natureza religiosa a ser declarado de “interesse para o Turismo”, em fevereiro de 2012, pelo Turismo de Portugal. É um evento de massa que implica uma articulação estreita entre a Diocese e todas as forças de segurança importantes na manutenção da ordem pública.

Esta dissertação tem como objetivo conhecer a forma como se articulam as forças de segurança e a Diocese de Braga na organização da Semana Santa.

Recorremos a uma pesquisa bibliográfica e a uma contextualização teórica do tema, complementando esta informação com a realização de entrevistas semiestruturadas a elementos envolvidos na organização das Procissões da Semana Santa.

Constata-se que a articulação entre a Diocese e as Forças de Segurança no contexto da organização da Semana Santa é feita por um elemento do Clero, não sendo realizada por nenhum profissional especializado nas questões da segurança, algo que poderia, por si só, melhorar a eficiência desta articulação. Ficou claro que, das Forças de Segurança, só a PSP tem atribuída a zona urbana de Braga. A Semana Santa é considerado um evento seguro, contribuindo, para isso, a presença maciça e organizada de agentes da PSP na cidade de Braga nos dias do evento que tem um efeito dissuasor de qualquer tentativa de crime.

Há um grande trabalho de articulação entre os agentes de segurança, o Poder Local, a Diocese de Braga e outras instituições na preparação da Semana Santa, cooperação que contribui para proporcionar bem-estar aos cidadãos e aos visitantes da cidade de Braga.

Palavras-chave: Segurança; Forças de Segurança; Religião, Espiritualidade; Diocese; Semana Santa em Braga.

ABSTRACT

Braga's Holy Week is Portugal's greatest and most ancient religious celebration, having been the very first religious event being proclaimed by the Tourism Board of national interest to the tourism sector on february 2012. As a massively populated event, it requires a narrow coordination between the Diocese's organizing comission and the scope of the security force relevant to the maintenance of order as well as preventing any potential criminal actions or terrorist threats.

This essay holds as it primary objective to establish in what way the security forces and the diocese of Braga coordinate as they organize the Holy Week so as to further contribute for a more tighter and efficient relationship in so far as security concerns go, between these two entities.

Pursuing the outlined objectives, we took advantage of a bibliographical research and a theoretical contextualization of the main subject, in order to assemble as realistic information as possible for the development of the research project. In or der to complemente said bibliographical information, semi structured interviews were conducted, following a screenplay of topics and questions, such as the interviewer could freely express his own opinions with no regard for constricted timetables or word counts. These interviews were conducted with individual elements who are involved in organizing the Holy Week's Procession.

After all relevant information was assembled, we endeavoured to understand and identify the existing coordination between the security forces and braga's diocese, promoting a more perfect communication between them, preventing thus situations which place the holy week's safety in check and, further, to increase the security forces quality of response, adapting it to the event's specific characteristics and the social reality of the city of Braga.

It became clear that this coordination between both parties, within the framework of the holy week, is performed by on elemento of the clergy, rather than being a specialized professional in security matters who does the job, something which in itself, improve this coordination even further. The Holy Week is considered a safe event, however, there is much work to be done, prevention and preparation wise and the massive presence of PSP agents within the city during the event days also works as a deterrent for any criminal attempt.

Keywords: Security, Religion, Security Forces.

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, surge enquanto requisito necessário para a obtenção do título de mestre em Ciências Policiais na especialização de Gestão da Segurança, sob a orientação científica do Exmo. senhor Superintendente Chefe da Polícia de Segurança Pública, Professor Doutor, Pedro José Lopes Clemente.

Entendemos que este tema é de grande importância para os cidadãos. Executar estudos centrados na segurança, transmite tranquilidade, confiança e proteção pensando sobretudo no seu bem-estar, e na "Paz social". Os resultados desses estudos podem contribuir para mudanças na atuação das forças de segurança que em última instância melhoram as condições de segurança dos cidadãos.

O tema, tem como objetivo essencial conhecer a forma como se articulam as forças de segurança e a Diocese de Braga na organização da Semana Santa, de modo a contribuir para uma mais eficiente coordenação entre estas entidades.

Desde a existência do Homem, e desde que os núcleos populacionais se aglomeraram em mais do que unidades tribais e primitivas, o ser humano tem a capacidade para se relacionar em sociedade, habitando espaços de convivência e de partilha comuns, com o seu próximo, dando origem à construção de *Urbes* ou *Civitas*, mas também à construção de centros humanos de troca e partilha de comércio, informação, aprendizagem e poder. Mas, desde tempos primordiais, a capacidade natural para quebrar as Leis da sua comunidade, da sua *Civitas*, Senado representativo, ou da sua consciência religiosa. É neste sentido que Clemente (2006) considera que num mundo ideal, nada justifica a existência da polícia dado que a cidade de Deus não tem polícia. Contudo, entende que a polícia está omnipresente na cidade dos Homens, porque no seu coração habita a vida (*Eros*) e a morte (*Thanato*). Sublinha ainda que a experiência humana tem

demonstrado que a ética, no quotidiano, não tem impedido a agressão entre os cidadãos, tal como aconteceu com a o assassínio diário de Abel por Caim. É dentro deste mesmo espírito que Madison (1788: pp. 51), diz que “Se os homens fossem todos anjos, não seria necessário qualquer governo”. Presentemente, Peterson (2020) mostra-nos que os seres humanos são, por natureza, egoistas. Por isso, entende que as pessoas necessitam de princípios ordenadores, com o intuito de se evitar o potencial caos na sociedade. É neste contexto que a sociedade necessita de regras e de padrões comportamento. Para tal, torna-se indispensável uma cultura de valores, que deve ser criada, difundida e partilhada. Segundo Peterson (2020), esta atmosfera social é, no seu entender “ordem”. Contudo, adianta que se essa ordem for “excessiva” poderá tornar-se menos bom, porque limita os graus de liberdade dos cidadãos. Esta é a opinião de Rodrigues (1999, p.305) ao afirmar: “uma política cegamente securitária causa inevitável erosão nos direitos fundamentais”. O mesmo acontece com Delumeau (2007, p.51) que afirma “as sociedades e os indivíduos devem encontrar um equilíbrio entre a segurança e a liberdade e compreender que chega um momento em que o excesso de segurança, não reconforta mais, e que a busca febril pela proteção cria novamente angústia”. Bauman (2003) também considera o mesmo e chama a atenção para os cidadãos não esquecerem que quaisquer soluções são transitórias e que visam o equilíbrio entre a liberdade do cidadão e a sua segurança, acrescentando que as orientações políticas são melhoradas de forma sucessiva. Também chama a atenção para o facto de que o melhor pode ser inimigo do bom, mas, certamente, o perfeito é um potencial inimigo mortal dos dois. Isto porque a procura da perfeição no quotidiano poderá ofuscar a alma do cidadão e induzi-lo a comportamentos mais hostis e contrário à moral e à ordem pública.

Atualmente, face aos movimentos da globalização e à possível construção da aldeia global, todos vivem interligados e fazem parte do mesmo mundo. O desenvolvimento tecnológico veio acelerar o processo e, ainda, veio alterar os modos do cidadão pensar e de se comportar, interferindo com os

códigos éticos e com os valores da vida. De facto, a evolução da sociedade, com base no desenvolvimento do “conhecimento”, traz oportunidade a serem exploradas em prol do bem comum. Contudo, se o cidadão não estiver atento, pode causar-lhe contratempos, lançando-o em armadilhas “sociais”. Por isso os conceitos e as preocupações sobre a segurança e a liberdade dos cidadãos entrarem no quotidiano das vidas comuns e passarem a ter um papel de destaque nas ansiedades e nas preocupações cívicas e políticas do século XXI. É dentro desta atmosfera de evolução, de incertezas e de armadilha, que nós decidimos refletir sobre a segurança e o bem-estar das pessoas, nomeadamente na realização de eventos religiosos e culturais. Por isso a nossa questão de partida é assim definida: Estarão as Forças de Segurança e a Diocese de Braga a cooperar e a convergir para melhorar o bem-estar dos cidadãos?

Assim, consideramos pertinente esta reflexão porque foca-se na análise à forma como é feita a articulação entre as Forças de Segurança e a Diocese de Braga, com tais objetivos. Nela, estamos orientados para sublinhar os seus pontos fortes, mas também para identificar algum ponto que necessite de reajustamento para o melhorar e o adaptar à sociedade. Neste sentido, os nossos objetivos específicos traçados são:

- (i) enquadrar, conceptualmente, princípios fundamentais que orientam a cooperação Forças de segurança / Diocese de Braga;
- (ii) relacionar a relação Forças de segurança / Diocese de Braga com a criminalidade na região de Braga;
- (iii) Refletir sobre “eventos de massas” na região de Braga e propor medidas que tragam melhorias na cooperação.
- (iv) Analisar potenciais riscos decorrentes da agenda cultural religiosa, como é o caso do excesso de transeuntes, do furto e roubos, das rixas e de possíveis ameaças terroristas.

Com tais objetivos, pretende-se fazer uma reflexão mais apurada e que traga uma mais valia à Diocese e à população, nomeadamente nas festividades das Procissões da Semana Santa. Não se trata de um facto novo, mas de uma maior sensibilidade para este fenómeno, quer por parte dos cidadãos, quer por parte das Entidades organizadoras dos eventos, sobretudo, após o ataque terrorista liderado por Osama Bin Laden, a 11 de setembro de 2001, tal como nos mostra a Lei de Segurança Interna, que cabe ao Estado, em democracia, garantir a todos os cidadãos uma vida harmoniosa num clima de paz e tranquilidade pública.

Para se realizar o presente trabalho, optamos por uma metodologia qualitativa, suportada por entrevistas semiestruturadas. O público alvo foram elementos da Diocese de Braga e elementos das Forças de Segurança.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. No segundo faz-se um enquadramento do tema, apresenta os conceitos utilizados e uma revisão de literatura de suporte ao desenvolvimento do trabalho. No terceiro apresenta-se a metodologia adotada e seus percursos metodológicos. O quarto capítulo faz o trabalho empírico e apresenta os seus resultados. No quinto e último capítulo faz-se uma discussão global aos resultados obtidos e apresenta-se uma conclusão final e apresentam-se linhas de investigação futura.

CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA

“A liberdade representa o valor maior da vida humana. Por isso, a segurança é a irmã-gêmea da liberdade”, (Clemente, 2015)

2.1. Introdução

Este capítulo é dedicado à revisão da literatura relacionada com o trabalho que dê suporte ao mesmo. Por isso, passámos em revisão as questões da “segurança” e da “religião”. Na “segurança”, para além do seu enquadramento, reflete-se sobre as forças de segurança, sobre as políticas de segurança e os desafios da segurança transnacional e nacional. Na religião, traçamos um panorama dos seus objetivos e importância para o ser humano.

2.2. A Segurança

2.2.1. Enquadramento e objetivos

Abraham Maslow (1954), referenciado por Chiavenato (1994), na sua teoria da motivação humana, afirma que as necessidades humanas se dispõem no formato de pirâmide, formando, dessa forma, a hierarquia de necessidades. Estando presente as necessidades fisiológicas, as necessidades de segurança, as necessidades sociais, as necessidades de estima e as necessidades de auto-realização. Entre esses cinco níveis hierárquicos, encontra-se a necessidade de segurança. Tal necessidade leva o indivíduo a proteger-se de qualquer perigo real ou imaginário, físico ou abstrato. A procura de segurança, o desejo de estabilidade, a fuga ao perigo, a busca de um mundo ordenado e previsível são manifestações típicas destas necessidades de segurança. (Chiavenato, 1994). De facto, a segurança é, desde os primórdios, uma necessidade humana, tendo sido, provavelmente, um dos principais fatores que motivou o agrupamento do

Homem em comunidades e a conseqüente emergência do poder político, a necessidade de segurança. Tal importância é manifestada por Oliveira (2006), quando considera que os conceitos de sociedade, de segurança e de poder estão intimamente relacionados.

Etimologicamente o vocábulo segurança deriva do latim “*segurancia*”, de segurar, de seguro, do latim *securu* (isento de cuidados, sem inquietações, sem perturbações, tranquilo, calmo; livre de perigo, em que nada há a temer, em segurança) (Valente, 2006). O conceito de segurança registou uma profunda evolução desde o século XVIII, acompanhando as transformações do Estado no que concerne ao seu papel na sociedade. No período do absolutismo, tal como considera Oliveira (2006), a segurança e a justiça tinham uma dimensão essencialmente patrimonial, sendo o Rei, soberano e detentor do poder absoluto, o responsável pela sua execução. Com o liberalismo e a génese do Estado Constitucional, o conceito de segurança passou a estar ligado, sobretudo, à proteção da vida e da propriedade, passando o Estado a superentender a segurança e a servir de ponte e de intermediário na conflitualidade interpessoal entre particulares (Oliveira, 2006). Competia-lhe garantir, não só a proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos, mas também um conjunto de atuações em diversas áreas da vida social, especialmente na proteção de riscos e perigos reais e prováveis. Esta realidade levou a polícia a transformar-se num serviço público focado na satisfação das necessidades dos cidadãos, passando estes a ocupar o lugar central na segurança, dispondo, assim, de um direito à segurança pública. (Oliveira, 2006)

A segurança visa proporcionar um clima de paz, de convivência e de confiança mútua, o que permite facilitar aos cidadãos o livre e pacífico exercício dos seus direitos individuais, políticos e sociais, assim como o normal funcionamento das instituições públicas e privadas. Por isso, a segurança é uma atividade essencial de um Estado de direito democrático que visa garantir a efetividade dos direitos civis, políticos e sociais. É uma necessidade coletiva que deve ser fomentada e suprida pelos organismos da administração pública.

O Professor Severiano Teixeira, mencionado em (Fernandes & Valente, (2005), afirma que “sem segurança não há desenvolvimento económico. Sem segurança não há Democracia. Porque contrariamente a um pensamento tradicional que defendia que mais Segurança era igual a menos Liberdade, é claro, hoje, que a Segurança é um fator da Liberdade. A Segurança é condição da liberdade como a Liberdade é condição da Democracia.” Também, Clemente (1996), entende que só com a garantia da segurança uma sociedade é livre e pode tornar possível a maximização das condições de progresso e de bem-estar da coletividade. Assim, a segurança caracteriza-se por um estado pessoal, mas, simultaneamente, constitui um processo social de interação entre indivíduos e sistemas que visa assegurar a previsibilidade, a confiança, a regularidade e a ordem, como forma de combater ameaças e riscos gerados pela desordem e imprevisibilidade. (Teixeira, 2006, pp. 33)

O aparecimento da segurança, enquanto direito de cidadania e como um bem público, é algo relativamente recente que surgiu com a emergência do Estado moderno (Oliveira, 2006). Até então, de acordo com a mesma fonte, o exercício da violência fazia parte do *modus vivendi* da sociedade constituindo uma condição para a sobrevivência da espécie humana. Com o emergir do Estado moderno, este passou a assumir as preocupações da violência legítima, impondo a sua diminuição através da institucionalização da administração policial e judicial, retirando às pessoas particulares o direito de se ocuparem da sua própria segurança. Atualmente existem organismos habilitados a exercer as funções de segurança, passo que conduziu a uma maior pacificação social e a uma vertiginosa redução da criminalidade ao longo dos séculos. (Oliveira, 2006)

2.2.2. A Segurança Interna

Em resposta às necessidades da sociedade, o mundo moderno assistiu à formação de Leis de segurança interna. Em Portugal, surge, no final dos anos 80, primeira Lei de Segurança Interna, a Lei n.º 20/87, de 12 de junho que fixa, pela primeira vez, o regime das forças e serviços de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional. Esta lei foi sofrendo sucessivas retificações ao longo dos anos de forma a colmatar a necessidade de adaptação à evolução da sociedade. Por isso, de forma de a melhorar e a retificar algumas lacunas na Lei, melhorando-a e adaptando-a a uma nova realidade internacional, surge, em 2008, a Lei 53/2008, de 29 de agosto. Nela, surge a definição de segurança interna, sendo apresentada a seguinte definição, segundo o artigo 1.º “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”. Podemos assim entender, que a segurança interna consiste na atividade do Estado levada a cabo, para proporcionar um sentimento de segurança à comunidade em geral e prevenindo e combatendo riscos e ameaças que possam comprometer o normal funcionamento das instituições democráticas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização Mundial das Nações Unidas em 1948, no seu artigo 3.º refere que “todo o individuo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. O mesmo acontece com a Constituição da República Portuguesa (1976) que estabelece, no seu artigo 27.º, n.º 1 que “todos têm direito à liberdade e à segurança”, consagram este princípio basilar. Também no seu artigo 7.º, estabelece que Portugal preconiza o “estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos”.

O 11 de setembro de 2001 e todos os acontecimentos que dele decorreram, direta ou indiretamente, contribuíram para incrementar o sentimento de insegurança dos cidadãos, através do emergir e consciencialização das vulnerabilidades das sociedades modernas. A globalização, assente numa crescente interdependência e interconexão entre os povos se, por um lado, contribui para uma maior facilidade no fluxo de pessoas, de capitais, de produtos, de serviços e de informação, por outro, tornam a sociedade de hoje mais permeável e suscetível a certas ameaças (Fernandes & Valente, 2005). Tais ameaças e riscos à segurança dos cidadãos obriga o Estado a estabelecer um quadro institucional e a criar instrumentos e mecanismos necessários e adequados à sua prevenção e combate.

Segundo Fernandes & Valente (2005), a garantia da segurança interna é condição essencial numa democracia consolidada, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos e liberdades dos cidadãos, com condições de segurança, ordem, tranquilidade pública e paz social. A segurança interna tem como objetivo primário a promoção do bem-estar individual e coletivo que permite a prossecução dos direitos fundamentais pessoais, sociais, económicos e culturais e ambientais. É uma atividade que visa assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, protegendo as pessoas e bens, prevenindo a criminalidade e assegurando o normal funcionamento das instituições democráticas. (Fernandes & Valente, 2005)

2.2.3. Forças de Segurança

De acordo com a Lei de Segurança Interna, Lei nº 53/2008, de 29 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio; Lei n.º 59/2015, de 24 de junho - Lei de Segurança Interna, a garantia da segurança é da competência e responsabilidade do Estado que tem como dever a instituição da ordem social, para além de assegurar o respeito pela vida íntima, pela vida privada e pela vida pública. O Estado, embora tenha por princípio estabelecido na Lei ou na Constituição o monopólio nas questões de segurança, vê-se confrontado com um agregado de atores não

estatais que disputam esse monopólio, obrigando, assim, a uma redefinição do seu papel. Deste modo, o Estado tem que adaptar a sua resposta à necessidade de segurança dos cidadãos e do próprio Estado. (Clemente, 2006). Sendo uma presença, atualmente, as Forças e Serviços de Segurança garantem a tranquilidade e a ordem pública, assegurando-nos, deste modo, os princípios basilares de uma sociedade livre e democrática. Tais forças e tais serviços de segurança são organismos públicos e estão, exclusivamente, ao serviço do povo português, devendo ser, rigorosamente, apartidários e concorrem para garantir a segurança interna.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 272.º, n.º 1 prevê que “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.” A Lei de Segurança Interna, no seu artigo 25.º, define as entidades que exercem as funções de segurança interna, nomeadamente:

- a) A Guarda Nacional Republicana (GNR);
- b) A Polícia de Segurança Pública (PSP);
- c) A Polícia Judiciária (PJ);
- d) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF);
- e) O Serviço de Informações de Segurança (SIS).
- f) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN);
- g) Os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

Sendo a segurança interna uma função primordial da polícia, nomeadamente da GNR, da PSP, da PJ e do SEF, órgãos dos sistemas de autoridade marítima e aeronáutica e aos Serviços de Informações de Segurança, não se esgota no âmbito das atribuições e competências das forças e serviços de segurança. (Fernandes & Valente, 2005)

Como se pode observar pela figura 1, as forças de segurança são, apenas, a GNR, a Polícia Marítima e a PSP, sendo as restantes consideradas como forças e serviços de segurança.

Figura 1 Sistema Nacional de Forças e Serviços de Segurança.



Fonte: Elaboração própria a partir do site oficial da GNR <https://www.gnr.pt/missao.aspx>

As entidades que integram as forças de segurança em Portugal são a GNR, a Polícia Marítima e a PSP, mas apenas a GNR e PSP estão enquadradas como polícias de ordem pública, visando a prevenção de delitos. Assim,

- i. A GNR é uma “força de segurança constituída por militares organizados num corpo especial de tropas” (Decreto-Lei n.º 231/93, de 26 de junho e alterações subsequentes). Estando previstos no artigo 3º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro a Orgânica com as suas atribuições.
- ii. A Polícia Marítima é uma “força policial armada e uniformizada (...) composta por militares da marinha e agentes militarizados.” (Decreto-Lei n.º 43/2002, de 2 de março). Tem por funções garantir e fiscalizar o cumprimento da lei nas áreas de jurisdição do Sistema de Autoridade Marítima, com vista, nomeadamente, a preservar a regularidade das atividades marítimas e a segurança e os direitos dos cidadãos” (Lei n.º 53/98, de 18 de agosto). Os bens e valores a defender pelo serviço de policiamento integram-se no acervo das atribuições do Sistema da Autoridade Marítima criado pelo decreto-lei n.º 300/84, de 7 de setembro (Poiars, 2018).
- iii. A PSP é uma “força de segurança com a natureza de serviço público dotado de autonomia administrativa que tem como funções

defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos do disposto na Constituição e na lei.” (Lei n.º 5/99, de 27 de janeiro e alterações subsequentes) Estando previsto as suas atribuições no artigo nº3 da Lei nº 53/2007 de 31 de agosto.

Para além do Estado é necessário também que os cidadãos e a sociedade civil se orientem pelo respeito de regras sociais e jurídicas estabelecidas, bem como pelo respeito das instituições incumbidas da materialização de tais regras, no sentido de assegurar a ordem social, condição, fundamental, ao exercício dos direitos e das liberdades fundamentais do homem (Dias , 2001). A função de segurança interna deve estender-se à sociedade em geral através do designado dever geral de colaboração. Este dever assenta no princípio de que os cidadãos têm o dever de colaborar com o país e autoridades no sentido de contribuir para a materialização dos fins da segurança interna, acatando as ordens e mandados legais e legítimos das autoridades. A isto acrescem o dever especial de colaboração dos cidadãos, nomeadamente através da colaboração com as forças e serviços de segurança, como por exemplo, na comunicação da notícia de um crime de que tomem conhecimento (Fernandes & Valente, 2005).

2.2.4. Políticas Segurança

Clemente, (Almeida, 2013) refere que as políticas de segurança são parte das políticas públicas. Para Pereira (2005) as políticas públicas, visam a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, mais equilibrada e mais coesa. No entanto, a essência da política pública continua a materializar-se na produção e na provisão de bem-estar para os cidadãos. A “política pública compreende as decisões governamentais destinadas a resolver problemas.” Seja ato, seja omissão, as políticas de segurança são tudo aquilo que constitui matéria de opção do governo (Almeida, 2013). Quando falamos em políticas de segurança, estamos, por isso, a falar de um universo muito vasto. Segundo Gouveia & Pereira (2007), a segurança deve ser vista, como um conceito em permanente evolução e de forma

multidisciplinar, ou seja, que atravessa um conjunto de disciplinas autónomas, mas que se relacionam entre si.

A atividade de segurança interna visa, essencialmente, a prevenção, sendo este um domínio que abarca o conjunto de atividades desenvolvidas pelas forças e serviços de segurança com o objetivo de evitar a ocorrência de fenómenos criminosos. As atividades de prevenção da criminalidade assentam no recurso a medidas como por exemplo a vigilância e fiscalização de certas atividades, lugares e estabelecimentos que possam favorecer a prática de crimes (Fernandes & Valente, 2005).

Desse modo Almeida, (2013) refere que as políticas de segurança são hoje planeadas com três objectivos essenciais: (1) em primeiro lugar, prevenir os riscos simétricos e assimétricos de se manifestarem; depois, (2) proteger as pessoas, as instituições democráticas, as infra-estruturas críticas e os serviços e as forças de segurança; e, por último, (3) conter os impactos e/ou os efeitos de um acontecimento catastrófico, gerindo as suas consequências, recuperando a ordem e a lei, e facilitando o regresso às condições de normalidade anteriores à ocorrência de uma crise.

É, de facto, no paradigma da prevenção que, hoje em dia, assentam, grande parte das políticas de segurança e o *modus operandi* das instituições com atribuições no domínio da segurança. Estas políticas de prevenção constituem uma alternativa à repressão. Aliás, a prevenção define-se, essencialmente, como o conjunto de medidas cuja intenção é minimizar as infrações, sejam de índole criminal ou outras, quando ocorram antes da prática do ato delinvente. A prevenção, segundo Raumont Gassin, citado por Oliveira (2006), é um “instrumento utilizado pelo Estado para melhor dominar ou controlar a criminalidade pela eliminação ou limitação dos fatores criminógenos e pela gestão adequada dos fatores ligados ao meio físico e social que criam condições favoráveis à perpetração dos delitos”. A prevenção da criminalidade abrange todas as medidas destinadas a reduzir ou a contribuir para a redução da criminalidade e do sentimento de insegurança dos cidadãos, quer através

de medidas diretas de dissuasão de atividades criminosas, quer através de políticas e intervenções destinadas a reduzir as potencialidades do crime e as suas causas. Inclui o contributo dos governos, das autoridades competentes, das autoridades locais, dos setores privados e dos voluntários, bem como os investigadores, o público e os meios de comunicação social. Em Portugal a prevenção da criminalidade tem, aliás, sido um tema recorrente dos vários Governos Constitucionais. (Oliveira, 2006). De acordo com a mesma fonte, reconhecem-se três tipos de prevenção no âmbito das políticas de segurança:

- i. **Primária:** atua nas causas do crime e orienta-se no sentido de alteração das condições criminógenas do meio físico e social. Abrange esforços que visam evitar o cometimento do crime. Por exemplo, quando interagem nas causas de natureza económica e social.
- ii. **Secundária:** focaliza-se na identificação precoce de grupos ou populações que representam um risco particular de derivar por comportamentos delinquentes. Inclui estratégias focalizadas a certos lugares ou situações que têm maior propensão ao risco.
- iii. **Terciária:** quando se dirige no sentido de readaptar ou reintegrar socialmente antigos delinquentes, num processo de reinserção social. Tem como objetivo prevenir o surgimento de novos crimes por parte dos indivíduos com antecedentes de delinquência e que já estão sob a alçada do sistema judicial. O seu campo de atuação é a reabilitação através de programas que protegem os indivíduos e os afastam de situações de risco.

A prevenção de problemas como a criminalidade exige das instituições que têm a tarefa específica de zelar e manter a segurança e a tranquilidade públicas, mudanças como, por exemplo, mais elementos policiais em funções de vigilância e de informação, algo que, para além de reforçar o sentimento de segurança dos cidadãos poderá ter um efeito dissuasor do crime. Também o reforço dos laços comunitários pode constituir um meio

importante de prevenção do crime, nomeadamente através de uma maior presença policial nas comunidades e bairros onde o sentido comunitário é mais baixo e os índices de criminalidade são elevados. Este reforço dos laços comunitários e da ligação entre as comunidades e as forças policiais é, porém, uma tarefa que não compete apenas à polícia, sendo igualmente fundamental o contributo das famílias, das igrejas, das associações, de outras instituições públicas e, inclusivamente, dos media. (Oliveira, 2006)

Portugal têm tido vários exemplos de políticas de segurança implementadas e concebidas pelo Ministério da Administração Interna com intuito preventivo, dirigida especialmente a grupos com carências económicas e sociais e/ou com características de especial vulnerabilidade como o programa “Escola Segura”, “Segurança a Idosos”, “Comércio Seguro”, “Inovar” ou mesmo outros programas fomentados no âmbito da prevenção da criminalidade e inserção de jovens de bairros problemáticos do distrito de Lisboa, Setúbal e Porto. (Oliveira, 2006)

2.2.5. Desafios da Segurança transnacional e nacional

Atualmente, face à aldeia global em que vivemos, que cria novas oportunidades e escolhas, mas também novos riscos e perigos, os conceitos segurança e liberdade entraram no quotidiano e passaram a interessar a um número crescente de cidadãos por todo o mundo. Não se trata de um facto novo, mas de uma maior sensibilidade a este fenómeno, quer por parte dos cidadãos quer por parte do Estado, sobretudo,

Na Europa, tal como acontece em todo o Mundo, vive-se em constante alerta, nomeadamente a partir do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. De facto, os atentados terroristas de que o mundo foi palco nos últimos anos vieram intensificar e acelerar a necessidade de uma maior, mais atenta e vigilante segurança local, comunitária e nacional, embora existam também outros fatores condicionadores deste fenómeno.

Elias, (2019) mostra que o terrorismo de inspiração religiosa está em ascensão. Tem como suporte ideológico interpretações radicais ou fundamentalistas da religião, ex.: Al-Qaeda e suas afiliadas, Daesh, entre outros, têm sido os mais ativos e são a maior ameaça da Europa.

A partir daí, os países ocidentais tiveram consciência da capacidade e dos efeitos que o terrorismo pode causar. O mundo entra numa nova fase de insegurança, tendo-se verificado vários atentados e várias ameaças em diferentes países espalhados pelo mundo.

Disso é o exemplo de **Espanha**;

- i. 11/03/2004 – O ataque foi preparado por uma série de dez bombas que explodiram em quatro comboios em Madrid. Mais uma vez, levado a cabo por organizações terroristas vinculadas à Al-Qaeda. O alvo foi a rede ferroviária espanhola, ferindo mais de 1,5 mil passageiros e 191 vítimas mortais (Global Terrorism Database, s.d.).
- ii. 17/08/2017 – Barcelona com três ataques terrorista no mesmo dia. O mais grave com um atropelamento em série nas Ramblas, num local turístico. Deixando 13 mortes e 50 feridos (Global Terrorism Database, s.d.).

Exemplo de **França**;

- i. 07/01/2015 – Paris foi notícia pelo ataque à equipa do jornal *Charlie Hebdo*, morreram 12 pessoas e 2 agentes da polícia nacional francesa durante um tiroteio, feriram mais 11 pessoas. Um terceiro terrorista invade um mercado de produtos kosher, matando 1 polícia e mais 4 pessoas, antes de ser morto pela polícia. Eram membros do Daesh (Xavier & Martins, 2018).
- ii. 13/11/2015 – Também em Paris e Sain-Denis, sete terroristas fizeram uma série de ataques contra bares, restaurantes e um clube noturno Bataclan, resultaram 89 mortes e mais de 350 ficaram feridas (Xavier & Martins, 2018).

- iii. 14//07/2016 – Nas comemorações da tomada da Bastilha em Nice, um terrorista avança com um caminhão contra a multidão, matando 84 pessoas e dezenas de feridos. O ataque também reivindicado pelo Daesh (Xavier & Martins, 2018).
- iv. 26/07/2016 – Em Saint-Etienne-du-Rouvray, dois homens de 19 anos invadem uma igreja durante uma missa e degolaram o padre da paróquia. Antes de matar o padre, fizeram ajoelhar e celebraram uma missa em árabe, que foi gravada, enquanto alguns fiéis eram feitos reféns. Ambos os terroristas foram mortos pela polícia (Global Terrorism Database, s.d.).

Exemplo do **Reino Unido**;

- i. 07/07/2005 - Em Londres, plena hora de ponta, quatro terroristas suicidas fazem uma série de ataques, quase ao mesmo tempo, provocando o pânico e a paralisação da cidade. Os ataques originaram mais de 50 vítimas mortais que seguiam no metro e em um autocarro. Foram novamente reivindicados pela *Al-Qaeda* (Global Terrorism Database, s.d.).
- ii. 22/05/2013 – Em Londres, um soldado, Rigby foi morto na rua, atacado com uma faca e um machado. Os dois autores do crime confessaram o ataque e que o ataque foi em retaliação aos soldados britânicos que mataram muçulmanos em missões no exterior (Global Terrorism Database, s.d.).
- iii. 22/03/2017 - Um agressor avança com um carro ao longo da ponte Westminster, no centro de Londres, contra várias pessoas. Em seguida, ele esfaqueia e mata um polícia nos arredores do Parlamento britânico, antes de ser baleado e morto pelas forças policiais. Cinco pessoas morreram e cerca de 50 pessoas ficaram feridas (Global Terrorism Database, s.d.).

- iv. 22/05/2017 - Um homem-bomba de origem líbia realizou um ataque suicida no Manchester Arena, após um concerto da cantora Ariana Grande. A explosão deixou 22 mortos e mais de 119 ficaram feridas. A maioria eram menores de 16 anos. Foi o ataque terrorista mais mortal no Reino Unido desde os atentados de julho de 2005. O Estado Islâmico do Iraque e Levante assumiu a responsabilidade e que o ataque foi realizado em resposta a "transgressões contra as terras dos muçulmanos" (Global Terrorism Database, s.d.).

Exemplo da **Bélgica**;

- i. 22/03/2016 – Em Bruxelas, uma ação terrorista de 3 bombistas-suicidas detonaram várias bombas no aeroporto e no metro, causando a morte a 35 pessoas e mais de 300 feridos. Reivindicado pelo Daesh (Xavier & Martins, 2018).

Exemplo da **Alemanha**;

- i. 18/07/2016 – Em Wurtzburgo um refugiado de 17 anos do Afegão ataca com um machado e uma faca 5 passageiros num comboio. Sendo morto mais tarde pela polícia durante a fuga (Xavier & Martins, 2018).
- ii. 22/04/2016 – Na mesma semana, em Munique, outro jovem Iraniano matou 9 pessoas. (Xavier & Martins, 2018).
- iii. 24/07/2016 – Perante 4 ataques na mesma semana, terminou em Reutlingen com um refugiado Sírio de 27 anos, assassinando uma mulher e ferindo outras 2, de seguida fez-se explodir perto de um festival de música (Xavier & Martins, 2018).
- iv. 19/12/2016 - Em Berlim, um tunisino invade um mercado com um camião, matando 12 pessoas e dezenas de feridos. Alguns dias mais tarde, viajando até Itália foi baleado por polícias Italianos. O Daesh assume a responsabilidade pelo atentado (Xavier & Martins, 2018).

Em **Portugal**, os movimentos terroristas de que se conhece têm sido ausentes. Contudo vão surgindo, de quando em quando, uma ou outra ameaça, como é o exemplo a do Porto, no ano de 2004, onde os terroristas se localizaram na zona de Braga para preparar um atentado a levar a cabo durante o Euro 2004, no Porto. Tudo isto veio intensificar e acelerar a necessidade de mais segurança e lembrar que nenhum país, por mais seguro que seja, está totalmente imune à ocorrência de um ato desta natureza, embora, existam outros fatores condicionadores deste fenómeno.

Assim sendo, hoje em dia, a segurança encontra-se no centro das preocupações do Homem e do Estado, descurando-se muitas vezes que em nome da segurança se têm cometido e se cometem severas restrições às liberdades individuais, outrora conquistadas.

Citando Lopes (2005), “de repente, já nada ou pouco é uma questão exclusiva de segurança interna ou de polícia (em sentido lato), mas sim uma questão de segurança transnacional. E, também num instante, o contexto internacional invade de urna forma avassaladora pelas nossas casas, receando alguns mais a brutalidade cruel e cega de Bin Laden do que o carteirista que nos ataca, aquele que nos ameaça para saber o código do nosso cartão Multibanco ou mesmo formas de criminalidade organizada.”

2.3. A Religião

Todos os que conhecem a História da Humanidade puderam observar que cada sociedade teve os seus “deuses”, um ser ou seres poderosos que nos criaram (Fabregat, 2020). A ciência da religião demonstrou que as religiões são tão antigas como a própria história da humanidade. Por isso, Glock e Stark, referenciado em (Coutinho, 2012), definem a religião como “sistemas institucionalizados de crenças, símbolos, valores e práticas que fornecem a grupos de homens soluções para as suas questões de sentido último.” Nesse mesmo sentido, Clemente (2004) considera que se entende por religião a “crença na existência de um poder superior, do qual o homem

depende” ou, por um “sistema estruturado de doutrinas, crenças, regras e práticas de uma determinada comunidade de pessoas que instituem um determinado tipo de relação com um poder superior, sobre-humano”. E, acrescenta que se pretende religar, “juntar de novo aquilo que se separou”, ou “estabelecer novamente uma relação”.

Definir a religião não é uma tarefa simples devido à grande dimensão que abrange a própria religião. De facto, a religião contém dentro de si elementos tão dispersos como os espirituais, os pessoais, os sociais e os ambientais, mas, ao mesmo tempo, congregadores para a unidade. Este é um fenómeno que surge em todas as culturas e que vem desde a pré-história e que continua nos nossos dias, tal como revelam as pinturas rupestres e a busca contínua por um objetivo espiritual na vida. Através de rituais e de rezas, a religião era um meio de comunicação com deuses, e essas práticas, quando partilhadas por membros de uma comunidade ajudaram a consolidar grupos sociais, a reforçar hierarquias e a criar um sentimento de identidade coletiva. Quando as sociedades se tornaram mais complexas, os sistemas de crença acompanharam essa evolução, e a religião passou a ser usada, cada vez mais, como ferramenta política. Tal realidade tem vindo a oxidar a dimensão espiritual e tem vindo a impedir a transcendência do ser humano para a fecunda divindade.

A religião respondeu a grande parte das necessidades dos primeiros povos, dando-lhes modelos de organização de vida – através de ritos, rituais e tabus - além de servir como base para a compreensão do seu lugar no mundo. Ainda hoje, numa era mais materialista do que nunca, mais de três quartos da população mundial admitem possuir algum tipo de crença religiosa. Tal facto demonstra que a religião é uma parte necessária da existência humana, tão importante para a vida como a própria linguagem, seja como experiência pessoal – uma consistência interior do divino ou como forma de encontrar um significado e um sentido para a vida, e servindo como ponto de partida para qualquer iniciativa, a religião parece ser fundamental tanto ao nível pessoal como social.

No mundo moderno, as religiões continuam a evoluir ao lado dos avanços da sociedade e, ainda, se tem vindo a ramificar, apesar de relutância que se cria no seio de grupos de cidadão. Mas, os elementos mais óbvios para identificar e comparar religiões sejam, talvez, as práticas do credo, incluindo as orações, as peregrinações, a meditação, o jejum, as vestes e, claro, as cerimónias e os rituais. Um aspeto mais subjetivo a ter em conta: os elementos místicos e emocionais e o modo como o crente vivencia a religião para alcançar o êxtase, a iluminação ou a paz interior, por exemplo, ou ainda para estabelecer uma relação pessoal com o divino. Mas, a ideia do bem e do mal também é fundamental em muitas crenças, pelo que a religião tem, normalmente, a função de fornecer orientação moral à sociedade. (Gareth & Palffy, 2020). Assim, a «Religião» vem de “ligação”, do sentimento espontâneo de não estarmos sós nem desprendidos dos outros e de um Outro que nos une a todos. Este Outro ganhou vários nomes e outras tantas qualidades (Franco & Pereira, 2017).

Em 2011, declaravam-se católicas quatro em cada cinco pessoas, metade delas frequentando a igreja pelo menos uma vez por (Cardoso, Magalhães, & Pais, 2013). Seguindo tendências de longa duração que se relacionam com a geografia desigual da malha eclesiástica e da inserção social do clero, é no Norte do país que mais pessoas se declaram católicas: 90%, enquanto no algarve tal percentagem não vai além dos 60%. De facto, a Igreja Católica, em Portugal, organiza-se em vinte dioceses, agrupadas em três províncias: o patriarcado de Lisboa e as arquidioceses de Braga e de Évora. Da sua estrutura fazem ainda parte o Ordinariato Castrense, presidido pelo bispo das Forças Armadas e de Segurança, e o Opus Dei, prelatura pessoal representada no país por um vigário regional (Cardoso, Magalhães, & Pais, 2013).

A longa hegemonia da Igreja Católica numa sociedade, tradicionalmente, camponesa fez com que a religiosidade católica se entranhasse na vida quotidiana, em particular na ritualização dos ciclos e das crises da vida comunitária, familiar e pessoal. Peregrinações, romarias e festas do santo

padroeiro interligam o culto católico com tempos significativos da vida comunitária (Bastos & Vasconcelos, 2013).

2.4. Conclusão

Neste capítulo ficou evidenciado a importância das forças de segurança para alavancar o bem-estar da população. Elas não só atuam ao nível da segurança e defesa de um território físico, mas também ao nível do território espiritual, que é uma condição essencial à felicidade e ao equilíbrio emocional do cidadão. Daí a interessante relação que se estabelece entre tais forças e os domínios da religião, nomeadamente ao nível da religião católica. Em Portugal, muitos são os movimentos de cooperação no binómio forças de segurança-religião, e em conjunto, abre as portas para o domínio transcendental do Homem.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

3.1. Introdução

Neste capítulo faz-se um percurso pelo campo metodológico na elaboração de um trabalho científico. Apresentam-se algumas metodologias tradicionais e apresentamos e justificamos a metodologia eleita para o presente trabalho. Também expomos os instrumentos utilizados e justificamos o seu design. Para além de retratamos os caminhos que serão mais adequados percorrer na obtenção dos nossos resultados, com a apresentação do paradigma e da metodologia da pesquisa, faremos a distinção entre as metodologias quantitativas, qualitativas e mistas, para justificar a opção pelo método que adotamos.

3.2. A Metodologia

Como refere Freixo (2013), a palavra método tem origem no termo grego *methodos*, significando isso mesmo, método. Uma vez que é ele que nos orienta e decide os caminhos que iremos percorrer. Contudo, vários são os percursos metodológicos existentes na literatura.

Prodanov e Freitas (2009), definem a metodologia como um elemento que facilita a produção do conhecimento, auxiliando o entendimento do processo de busca por respostas, assim como o próprio processo de posicionamento, com perguntas pertinentes.

Segundo Sousa & Baptista (2011), a metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir.

Do seu conjunto destacam-se as metodologias quantitativas, as qualitativas e as mistas, que serão explorados nos tópicos seguintes.

Freixo (2011) caracteriza os métodos quantitativos como um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis, baseado na observação de factos, acontecimentos e fenómenos objetivos, que existem independentemente do investigador e de juízos de valor. Também ele refere que nos métodos quantitativos, a matemática surge como elemento essencial para se poderem medir os resultados. Todos constatamos que o número permite: a precisão, uma maior objetividade, a comparação e a reprodução, a generalização para situações semelhantes, a interferência (avaliação e testes de hipótese).

Do ponto de vista conceptual de Coutinho (2016), os estudos quantitativos centram-se na análise de factos e fenómenos observáveis e na medição/avaliação em variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis se serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo da investigação empírica.

Do ponto de vista metodológico, na opinião de Pérez Serrano (1998), citado em Coutinho (2016), só podem ser objetos de estudo os fenómenos observáveis, quantificáveis, medíveis.

Segundo Coutinho (2016), o interesse do investigador é assumir uma atitude científica, distanciada e neutra, de modo a comprovar estatisticamente as hipóteses e a contribuir para a relação causal do processo-produto.

Sousa & Baptista (2011) referem as vantagens e desvantagens desta investigação quantitativa. Como vantagens destacam-se: análise e integração dos resultados de um conjunto mais ou menos alargado de investigações já realizadas sobre o tema. Por outro lado, apresenta como principal desvantagem o facto do investigador não conseguir controlar variáveis independentes.

Ainda segundo Coutinho (2011), normalmente, as pesquisas quantitativas se baseiam em grandes amostras, fundamentadas na crença de que a

realidade social se repete e é passível de estruturação através de modelos, tendo assim os resultados susceptíveis de generalização.

Freixo (2013) conclui que o método de investigação quantitativo tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos; oferece também a possibilidade de generalizar os resultados, de prever e de controlar os acontecimentos. Com isto podem levar à obtenção de respostas e a conclusões simples.

Para Wiersma (1995), não é fácil encontrar uma definição clara para a investigação qualitativa; alguns manuais limitam-se a considerar qualitativa a investigação que “não é quantitativa”, ou mesmo “... que descreve os fenómenos por palavras em vez de números ou medidas “, como citado em Coutinho (2016).

A investigação qualitativa para Freixo (2013) tem lugar quando se pretende uma compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo e o objectivo é descrever ou interpretar, mais do que o avaliar o fenómeno. O investigador deve observar, descrever, interpretar e apreciar o meio e o fenómeno tal como se apresentam, pois aprecia o fenómeno sem o controlar.

Também para Sousa & Baptista (2011) a investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos como acontece com a investigação quantitativa.

Prodanov & Freitas (2013) afirmam que a pesquisa qualitativa tem em conta uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real, isto é, uma conexão entre o mundo (objetivo) e a subjetividade do sujeito que não pode ser espelhada em números.

Coutinho (2016) mostra ainda que vários autores entendem que a pesquisa qualitativa possibilita a interpretação de fenómenos como os sentimentos,

valores, pensamentos, atitudes e emoções, que habitualmente são difíceis de serem extraídos entre outros fatores, através de métodos convencionais de pesquisa. Desta maneira privilegiam a realização da pesquisa qualitativa.

Sousa & Baptista (2011) referem as vantagens dos métodos qualitativos como por exemplo a possibilidade gerarem boas hipóteses de investigação, devido ao facto de se utilizarem técnicas como: entrevistas, observações e análise de documentos escritos (relatórios, testes, composições). Apresentam, no entanto, problemas de objetividade que podem resultar da pouca experiência ou da falta de sensibilidade do investigador, exigindo mais tempo e sendo mais difíceis para analisar.

Segundo Tashakkori & Teddlie (2010), citado por Coutinho (2016), nas últimas décadas o movimento metodológico, com recurso à mixed methodology, traduzindo, por metodologia mista tem vindo a ganhar interesse e cada vez mais aceite, transpondo a dicotomia quantitativo e qualitativo. A utilização de métodos qualitativos e quantitativos de forma conjunta, permite uma maior recolha dados e informação para Coutinho (2016), fazendo sentido, porque proporcionam uma melhor compreensão do “caso” específico, um exemplo disso quando recorrem a dados numéricos de natureza demográfica.

De acordo com Pardal e Lopes (2011), no caso de utilização de pesquisa com carater misto, a investigação qualitativa pode contribuir para encontrar variáveis não detetadas pela investigação quantitativa, ajudando a compreender as limitações do método quantitativo na explicação da realidade e na criação de padrões comportamentais. Assim como investigações qualitativas podem descrever uma situação de maneira aprofundada e com uma maior riqueza de detalhes, sem que isto represente um retrato da realidade estudada. Ou seja, as pesquisas mistas apresentam-se como modelos intermédios de análise que resultam da interação e complementaridade de métodos qualitativos e quantitativos.

3.3. A Recolha dos dados e o instrumento utilizado

Para respondermos aos objetivos traçados, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica e a uma contextualização teórica do tema, de forma a reunir informações da realidade para o desenvolvimento do projeto de investigação que aqui é apresentado. A pesquisa bibliográfica está relacionada com a realidade sociodemográfica do concelho de Braga, particularmente no que toca à sua caracterização em termos de dados de segurança e criminal. Neste contexto, recorreremos aos dados constantes no RASI e ao sítio da PORDATA.

O instrumento utilizado foi a entrevista. Neste domínio, seguimos as orientações de Pardal & Correia (2011), relativamente ao design das entrevistas, já que estas podem ser, de acordo com os autores estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. Assim:

- i. Relativamente à entrevista estruturada, ela obedece a um rigor na colocação das perguntas. É padronizada ao nível do modo da formulação das perguntas, da sua sequência e na utilização de um adequado vocabulário. Nesta tipologia, o entrevistador fica condicionado pelo rigor definido pelo guião das entrevistas e fica limitado pela necessidade de respostas objetivas. Também imprime rigor na informação, mas fragiliza o entrevistador porque limita a sua espontaneidade e criatividade.
- ii. Relativamente à entrevista não estruturada, ela permite maior liberdade de ação que a estruturada. A conversa entre entrevistador e entrevistado flui com maior grau de liberdade, embora o entrevistador não possa sugerir respostas ao entrevistado.

Em termos globais, esta tipologia de entrevistas pode assumir duas formas:

1. Entrevista não-dirigida, que se caracteriza por uma completa liberdade de conversação;

2. Entrevista dirigida, que está centrada num assunto preciso, girando as perguntas em torno dele.
- iii. Relativamente à entrevista semiestruturada. Esta é uma variante das anteriores e situa-se entre as duas. Não é inteiramente livre, aberta, rigorosa e inflexível. O entrevistador possui um referencial de perguntas-guia abertas. Aqui, as perguntas são colocadas ao sabor do teor da conversa e da oportunidade. Contudo, o discurso do entrevistado é livre e natural e a forma de colocar as questões é natural, precisa e oportuna. Também se verifica que a intervenção do entrevistador com a finalidade de encaminhar o entrevistado para os objetivos da entrevista.

Face à tipologia apresentada e às orientações veiculadas pela literatura, e de forma a complementar a informação recolhida bibliograficamente, optamos pelo caminho das entrevistas semiestruturadas. Seguimos um guião de tópicos e de questões de modo a que o entrevistador pudesse expressar as suas opiniões com liberdade de tempo e palavras. Tais entrevistas foram realizadas a elementos envolvidos na organização das Procissões da Semana Santa, nomeadamente, à secretária da Comissão da Semana Santa, a dois Comissários da PSP de Braga e ao Comandante Distrital de Braga da PSP. A seleção dos entrevistados foi feita de acordo com a natureza e a importância da sua experiência ou consoante as funções que desempenham. Todas estas entrevistas foram gravadas em áudio com a devida autorização dos entrevistados, sendo destruídos os registos áudio após a sua respetiva transcrição.

A entrevista é uma ferramenta fundamental uma vez que presume uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, dando azo à obtenção de informação que nunca poderia ser obtida através de um questionário. A resposta fornecida pelo entrevistado é sempre passível de ser esclarecida, caso o entrevistador não entenda. Aliás, as respostas fornecidas podem dar origem a uma reestruturação das perguntas (Coutinho, 2016). A entrevista tem o benefício de poder ser utilizada de distintas maneiras, para alcançar

várias finalidades. Neste trabalho recorreu-se ao tipo de entrevista semi-estruturada, através da criação de um guião previamente preparado que se viu de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista, permitindo que os entrevistados respondam às mesmas questões, não se exigindo uma ordem rígida das mesmas. O entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenómeno em análise (Díaz Bravo, 2013). Apesar da sua importância capital, devido ao eclodir da pandemia SARS-COV2, no presente ano em Portugal, não se realizaram as Procissões da Semana Santa como habitualmente, facto que condicionou a recolha de dados que estava inicialmente prevista, pois não foi possível acompanhar in loco os trabalhos da organização, quer por parte da Diocese, quer do ponto de vista das forças de segurança.

Após recolha de toda a informação procurou-se compreender e identificar a articulação existente entre as Forças de Segurança e a Diocese de Braga, promovendo o aperfeiçoamento desta comunicação, de forma a prevenir situações que coloquem em causa a segurança da Semana Santa e, ainda, para incrementar a qualidade da resposta das forças de segurança, adequando-a às características do evento e à realidade social da cidade de Braga.

CAPÍTULO IV – TRABALHO EMPÍRICO

4.1. Introdução

Este capítulo dedica-se ao trabalho empírico, propriamente dito. Começa por fazer uma contextualização do espaço territorial de Braga, para melhor se refletir e trabalhar sobre o evento da Semana Santa em Braga. A qui, também se faz uma analogia com a criminalidade no concelho de Braga. Por último, a análise recai sobre o perfil do turista, para um melhor entendimento da motivação da sua presença no evento, o que antecede a análise à cooperação das Forças de Segurança com a Diocese de Braga na realização dos eventos religiosos.

4.2. Contextualização geral do território de Braga

4.2.1. Enquadramento histórico

Braga é a mais antiga cidade portuguesa e uma das cidades cristãs mais antigas do mundo, sendo que a ocupação humana da região remonta a milhares de anos.

No decurso do século II a.C., a região foi conquistada pelos Romanos que edificaram a cidade no ano 16 a.C., com a designação de Bracara Augusta, em homenagem ao Imperador César Augusto. No ano de 716, os Mouros alcançaram a cidade, tendo sido, mais tarde, reconquistada por Afonso III, Rei das Astúrias (Pereira P. , 2009)

No séc. XI, por ordem do Bispo D. Pedro de Braga, inicia-se a construção da muralha citadina e da Sé, em torno da qual se desenvolveu a cidade. Braga foi doada, em 1112, aos Arcebispos e, com a elevação do bispado bracarense a arcebispado, a cidade readquire uma enorme importância a nível ibérico (Pereira P. , 2009). No séc. XVI, Braga é uma cidadela que vive à margem dos ventos dos descobrimentos e do progresso consagrado da época. No entanto, no séc. XVIII, ressurgiu como cidade do Barroco, com o contributo do génio artístico do Arquiteto André Soares, entre outros, que tornaram a cidade num verdadeiro ex-líbris do Barroco em Portugal. Com o fim das lutas liberais, no séc. XIX, ocorre um enorme crescimento da cidade,

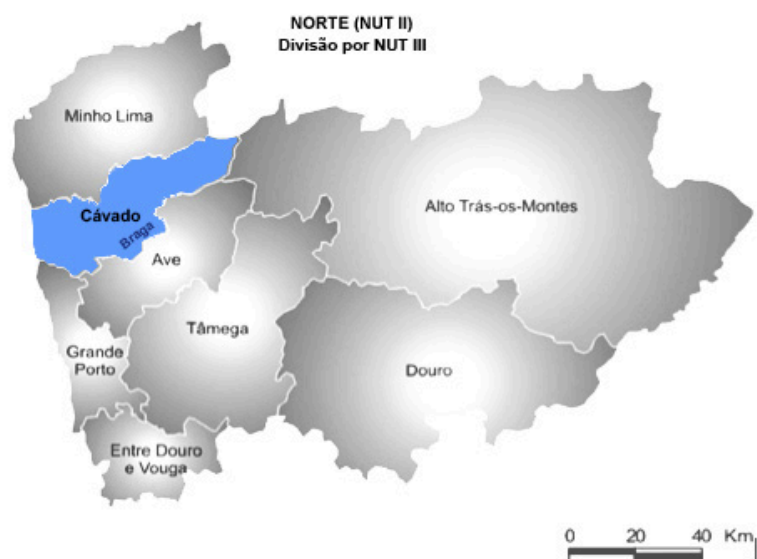
a todos os níveis, nomeadamente, demográfico, económico, cultural, urbanístico, convertendo Braga na terceira cidade do país e tornando-a na capital do Minho (Pereira P. , 2009).

A “Cidade dos Arcebispos” respira, ainda hoje, uma atmosfera de profunda e tradicional religiosidade e uma beleza natural e arquitetónica singulares, procurando afirmar-se na sua singularidade regional e nacional. Escolhida para Capital Europeia da Juventude em 2012, Braga é uma cidade de cultura e de tradições, onde a História e a religião vivem lado a lado com o desenvolvimento tecnológico e com o ensino universitário.

4.2.2. Enquadramento Geográfico

O Concelho de Braga situa-se no Noroeste da Península Ibérica, região Norte de Portugal (NUTS II), mais precisamente na sub-região do Cávado, (NUTS III) e apresenta uma área de aproximadamente 183.2 Km² (Figura 2).

Figura 2 : Localização geográfica da Região de Braga



Fonte: Elaboração própria.

O concelho de Braga confronta, a Norte, com os concelhos de Vila Verde e Amares, a Nordeste e Este, com Póvoa de Lanhoso, a Sul e a Sudeste, com Guimarães e Vila Nova de Famalicão e, a Oeste, com o Concelho de

Barcelos. Administrativamente, o Concelho de Braga pertence ao Distrito homónimo, sendo a cidade de Braga capital concelhia, distrital e também capital da Grande Área Metropolitana do Minho, atualmente a terceira do país. Inicialmente composto por 62 freguesias, o concelho de Braga sofreu uma reorganização administrativa em 2012, passou a ser constituído por 37 freguesias/união de freguesias.

4.2.3. Vias de Comunicação e Acessibilidades

As vias de comunicação e as acessibilidades são fundamentais no desenvolvimento económico das áreas geográficas que servem. Braga possui um conjunto de largas avenidas e uma circular que distribuem o trânsito citadino nas várias direções, permitindo a mobilidade da população residente de forma rápida e fácil, quer dentro da cidade, quer para os concelhos vizinhos. A norte, possui várias vias que permitem a comunicação com o concelho de Vila Verde, sendo a principal a EN 101. A este, existe comunicação com o concelho da Póvoa de Lanhoso, pela EN 103. A sul, há vias que estabelecem comunicação aos concelhos de Guimarães (EN 101 e AE 11) e de Vila Nova de Famalicão (EN 14 e AE 3). É também a AE 3 que permite a ligação ao Porto e ao distrito de Viana do Castelo. A oeste, existe ligação ao concelho de Barcelos através da AE 11 (Pereira, 2009).

Relativamente aos transportes rodoviários, Braga é servida pelos Transportes Urbanos de Braga, responsáveis pelo transporte de passageiros dentro dos limites geográficos do concelho. Existem, ainda, várias empresas de transporte rodoviário que fazem ligações para múltiplos destinos a nível distrital, regional, nacional e internacional, partindo da central de camionagem, localizada no centro da cidade, junto à circular urbana (Pereira, 2009).

O concelho de Braga é também servido por uma rede de transportes ferroviários, existindo três estações de passageiros, sendo a estação principal em Maximinos. As estações de passageiros possuem ligações entre si e até ao Porto e para a restante linha do Minho. A estação principal

possui ainda ligações diárias em Alfa Pendular e Regional para várias cidades de Portugal (Pereira, 2009).

No que respeita a transportes aéreos, o Concelho de Braga possui um aeródromo na freguesia de Palmeira, constituído por um heliporto e uma pista, no qual um operador aéreo nacional presta serviços de voos executivos e charter, assim como voos panorâmicos e turísticos e para prevenção e combate a incêndios florestais, entre outros serviços. Os aeroportos internacionais mais próximos são o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto (a 50 Km), e o Aeroporto de Vigo (a 100 Km) na região autónoma espanhola da Galiza. (Diagnóstico de situação do concelho de Braga, s.d.) Os dois grandes portos marítimos mais próximos localizam-se em Viana do Castelo e em Leixões, ambos a 50 km de distância (Pereira, 2009).

4.2.4. Indicadores Demográficos

No concelho de Braga residiam, em 2011, 181.494 habitantes, de acordo com os dados dos últimos Censos realizados em Portugal (ver tabela 1), sendo 47,7% do sexo masculino e 52,3% do sexo feminino. (INE , s.d.). Com uma densidade populacional de 991,4 habitantes/Km², o concelho de Braga é, notavelmente, o mais povoado comparativamente à média nacional (112,7 habitantes/Km²). (Pordata, s.d.). Estes valores fazem do concelho de Braga um dos mais populosos, ocupando o sétimo lugar do ranking dos municípios mais populosos de Portugal. Nele residem cerca de 44,2% da população do Cávado, evidenciando que uma proporção significativa da população residente nesta sub-região se encontra no concelho de Braga. (Pordata, s.d.)

Tabela 1 : População Residente e Densidade Populacional em Portugal, região Norte e concelho de Braga.

Territórios	Ano 2011		Ano 2019	
	Número Habitantes	Densidade Populacional	Número Habitantes	Densidade Populacional
Continente	10.044.484	112,7	9.798.859	109,9
Norte	3.690.405	173,4	3.575.338	167,9
Braga	181.829	991,4	182.679	994,0

Fonte: Elaboração própria a partir do site oficial www.ine.pt.

4.3. A Semana Santa em Braga

4.3.1. Braga e o crescente turismo religioso

Em Portugal a realização de grandes eventos de índole internacional, já se tornou uma rotina, esperada por todos, sendo acarinhados e promovidos pelos poderes públicos, quer a nível municipal, quer a nível da administração central. São alguns desses bons exemplos a (i) Expo 98, tendo atraído cerca de 11 milhões de visitantes, (Rodrigues & Silva, 2012), 0 (ii) Campeonato da Europa de Futebol Euro 2004, com um público de 1.156.473 pessoas. (Infopédia, 2004) e as (iii) Viagens apostólicas do Santo Padre de Roma, estas que são exemplos de magnânimos e grandiosos eventos religiosos, tendo a visita do Papa Bento XVI, ocorrida em 2017, juntado cerca de 500 mil pessoas na cidade de Lisboa, antes de rumar a Fátima (TSF Rádio Notícias, 2017). Outros novos eventos surgem todos os anos, como as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) que se realizarão em 2023, prevendo-se a participação massiva de mais de dois milhões de jovens de todo o mundo (IPDT, 2019).

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo religioso movimentou, anualmente, 330 milhões de pessoas, passando 6 milhões pelo Santuário de Fátima (Céu Neves, 2017). Assim, o turismo religioso em Portugal, à imagem do setor turístico no geral, tem sofrido um crescimento significativo nos últimos anos, fruto, em grande medida, da promoção e qualidade do vasto conjunto que oferecemos em termos de roteiros de templos, cultos e eventos religiosos de norte a sul do país e que tem em Braga, nomeadamente durante a Semana Santa, um dos pontos principais da oferta que o país tem em termos de turismo religioso. Braga, conhecida popularmente como a Cidade dos Arcebispos é um dos ex-libris religiosos do nosso país e uma das dioceses mais preponderantes, cujas origens milenares vêm do passado romano, sendo a Semana Santa considerada, atualmente, a principal atração turística da cidade. A forte componente religiosa baseia-se essencialmente nas procissões quaresmais, nomeadamente a Procissão da Nossa Senhora da “Burrinha”, a Procissão do “Ecce Homo” e, por fim, a Procissão do Enterro do Senhor. Em 2017, durante a Semana Santa de Braga, estima-se que cerca de 64 mil pessoas tenham visitado a cidade, (Cerejeira, Correia, & Sousa, 2018) e, de acordo com a comissão da Quaresma e Solenidades da Semana Santa de Braga, responsável pela organização do evento, em 2019 foram esperadas cerca 100 mil pessoas durante os vários dias de celebração.

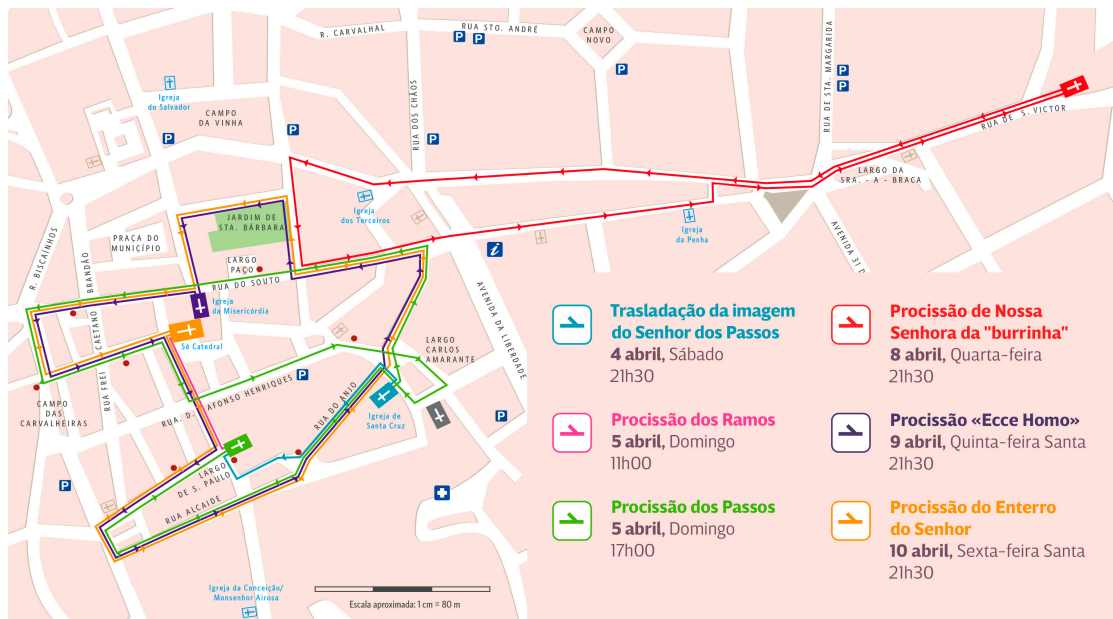
Com este aumento exponencial, criam-se oportunidades e escolhas, mas também novos e acrescidos riscos e perigos, pois a segurança básica está no centro das preocupações do Homem e do Estado, sendo um direito de todos os cidadãos e constituindo um dever fundamental do Estado. Assim, um dos nossos objetivos, com este trabalho, é refletir sobre a forma como é articulada e planeada a Semana Santa em Braga. Com especial atenção para a forma como é feita a coordenação, planeamento e todos os desafios que se colocam na efetiva proteção e segurança deste evento, de suma importância religiosa, económica e cultural, que serão a posteriori implementadas pelas autoridades e entidades envolvidas.

4.3.2. Caracterização do evento

A Semana Santa é a celebração cristã anual da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo. Comemora os eventos da última semana da vida de Jesus sobre a terra. Este evento começa com o Domingo de Ramos e celebra outros dias importantes tais como a Quinta-feira Santa, que recorda os eventos que ocorreram entre Jesus e os seus discípulos. A Sexta-feira Santa que celebra a morte de Jesus e é considerado como o dia mais solene da semana, pelo sacrifício expiatório de Cristo pelos pecados do mundo. Finalmente, o Domingo da ressurreição, conhecido também como Domingo de Páscoa. Neste dia celebra-se o triunfo de Cristo sobre a morte e o pecado (Norton, 2014).

A Semana Santa de Braga é a mais antiga e a maior de Portugal, tendo sido o primeiro evento de natureza religiosa a ser declarado de “interesse para o Turismo”, em fevereiro de 2012, pelo Turismo de Portugal (Cerejeira, Correia, & Sousa, 2018). Enquadrada no turismo cultural e religioso, a Semana Santa de Braga, a mais antiga e relevante de Portugal, surge associada às representações comemorativas da Paixão e Morte de Jesus. Atualmente, a Semana Santa de Braga, dando continuidade à sua tradição histórica, apresenta-se enriquecida com elementos inovadores e exclusivos, integrando no seu programa geral atos religiosos e atos culturais. (Cerejeira, Correia, & Sousa, 2018). Atualmente, durante a Semana Santa destacam-se a Procissão da Burrinha, na quarta-feira Santa; a Procissão do Senhor Ecce Homo, na quinta-feira Santa e a Procissão do Enterro do Senhor, que ocorre na sexta-feira Santa. Todas estas procissões são os pontos altos das celebrações da Semana Santa, atraindo inúmeros fiéis e turistas, nacionais e estrangeiros, à cidade de Braga.

Figura 3 : Trajetos das Procissão da Semana Santa.



Fonte: Arquidiocese de Braga, site oficial www.semanasantabraga.com.

De todas as procissões que se realizam em Portugal, a Semana Santa de Braga é a mais imponente e a mais divulgada, atraindo muitos turistas à cidade. Os visitantes procuram essencialmente as grandes procissões noturnas que se caracterizam pelas centenas de figurantes e onde se conjugam harmoniosamente elementos da liturgia e da religiosidade popular, bem como antigas tradições e inovação. São eventos de massa que implicam uma articulação estreita entre a comissão organizadora da Diocese e todas as forças de segurança, importantes na manutenção da ordem e na prevenção de potenciais ações criminosas ou atos terroristas.

As ações da Quaresma e das Solenidades da Semana Santa de Braga são preparadas, em cada ano, pela Comissão instituída por sete entidades promotoras:

- I. Cabido da Sé de Braga.
- II. Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- III. Irmandade de Santa Cruz.
- IV. Câmara Municipal de Braga.
- V. Entidade de Turismo do Porto e Norte de Portugal.
- VI. Associação Comercial de Braga.
- VII. Associação Industrial do Minho.

Estas entidades têm como missão planejar, organizar e promover o programa cultural e religioso da Semana Santa de Braga. É presidida pelo representante do Cabido (Cónego Avelino Amorim), principal promotor, e constituída pelos membros que representam as demais instituições promotoras, agregadas em parceria, e ainda por algumas personalidades, a título individual.

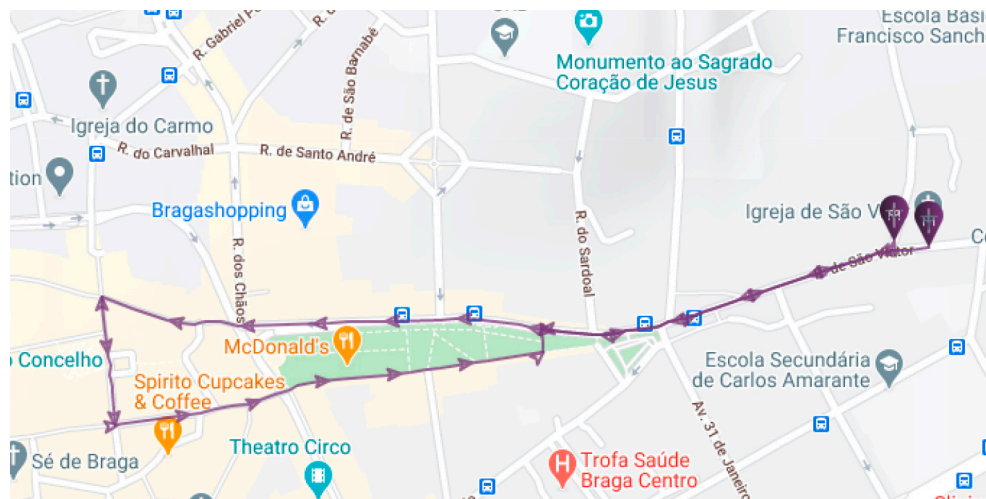
4.3.3. Quarta-feira Santa – Procissão da Burrinha

Na quarta feira santa, à noite, tem lugar o cortejo bíblico “Vós sereis o Meu povo”, popularmente conhecido como “Procissão de Nossa Senhora da «burrinha»”.

O trajeto da Procissão inicia-se na Igreja de São Vítor conforme a Figura 4 passando pelos seguintes pontos da cidade:

1. Igreja de São Vítor
2. Rua de São Vítor
3. Largo da Senhora A Branca
4. Avenida Central
5. Largo São Francisco
6. Rua dos Capelistas
7. Jardim de Santa Bárbara
8. Rua Dr. Justino Cruz
9. Rua do Souto
10. Largo do Barão de São Martinho
11. Avenida Central
12. Largo da Senhora a Branca
13. Rua de S. Vítor
14. Igreja de S. Vítor

Figura 4 : Trajeto da Procissão da Burrinha.



Fonte: Arquidiocese de Braga, site oficial www.semanasantabraga.com (linha vermelha).

O conhecimento pormenorizado do trajeto da procissão tem implicações não só na organização da procissão em si, mas também na definição das ações a desenvolver pelas forças de segurança na manutenção da ordem e da segurança públicas.

4.3.4. Quinta-feira Santa – Procissão Ecce Homo

À noite, na Quinta Feira Santa, sai à rua a Procissão do Senhor Ecce Homo ou dos Fogaréus. Organizada desde tempos antigos pela Irmandade da Misericórdia, esta procissão evoca o julgamento de Jesus, ao mesmo tempo que celebra a misericórdia por Ele ensinada. Abre o cortejo o exótico grupo dos farricocos com grosseiras vestes de penitência, descalços e encapuçados, de cordas à cinta, como outrora os penitentes públicos, uns empunhando matracas e outros alçando fogaréus (taças com pinhas a arder). Daí chamar-se também «Procissão dos Fogaréus». Integrados na procissão, os fogaréus evocam os guardas que, munidos de archotes, foram, de noite, prender Jesus (Semana Santa Braga, 2019).

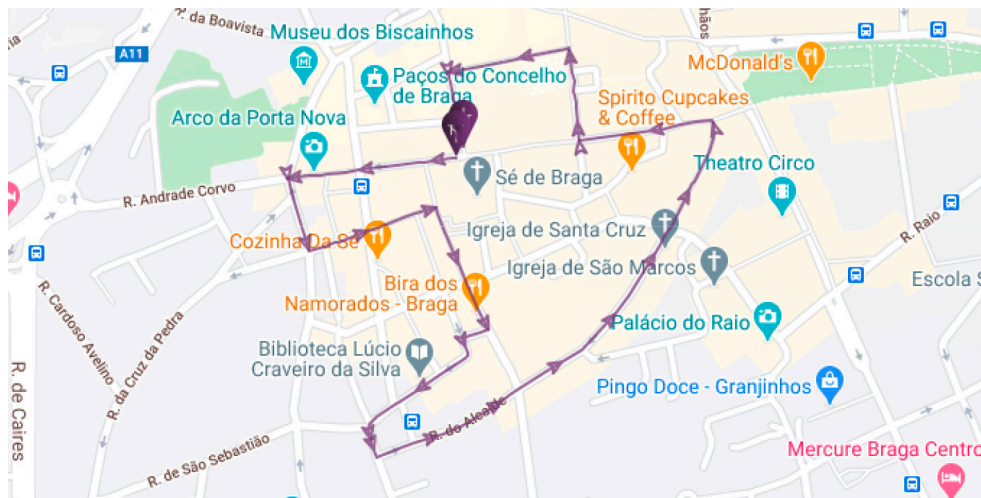
A imagem do Senhor «Ecce Homo» (ou «Senhor da cana verde») representa o Cristo que se declarara rei e que o governador romano pôs a ridículo pondo-lhe na mão um simulacro de ceptro (uma cana verde). Foi assim que Pilatos o apresentou à multidão, dizendo: — «Eis aí o Homem!».

Além de muitas figuras alegóricas da Ceia e do julgamento de Jesus, desde 2004 incorporam-se na procissão alegorias das catorze obras de misericórdia, bem como figuras históricas ligadas à fundação e à história das Misericórdias, especialmente à de Braga. Desde há alguns anos incorporam-se também várias Irmandades da Misericórdia de diversos pontos do País (Semana Santa Braga, 2019).

O trajeto da Procissão inicia-se na Igreja da Misericórdia conforme esquematizado pela Figura 5. Pormenorizando o percurso, a procissão passa pelos seguintes pontos da cidade:

1. Igreja da Misericórdia.
2. Rua Dom Diogo de Sousa.
3. Avenida São Miguel O Anjo.
4. Rua Dom Gonçalo Paio Mendes.
5. Largo de São Paulo.
6. Rua de São Paulo.
7. Largo Paulo Orósio.
8. Rua do Alcaide
9. Largo de Santiago
10. Rua do Anjo.
11. Rua de São Marcos.
12. Largo do Barão de São Martinho.
13. Rua do Souto.
14. Rua Dr. Justino Cruz.
15. Rua Eça de Queirós.
16. Praça do Município.
17. Rua da Misericórdia.
18. Igreja da Misericórdia.

Figura 5 : Trajeto da Procissão «Ecce Homo».



Fonte: Arquidiocese de Braga, site oficial www.semanasantabraga.com (linha roxa).

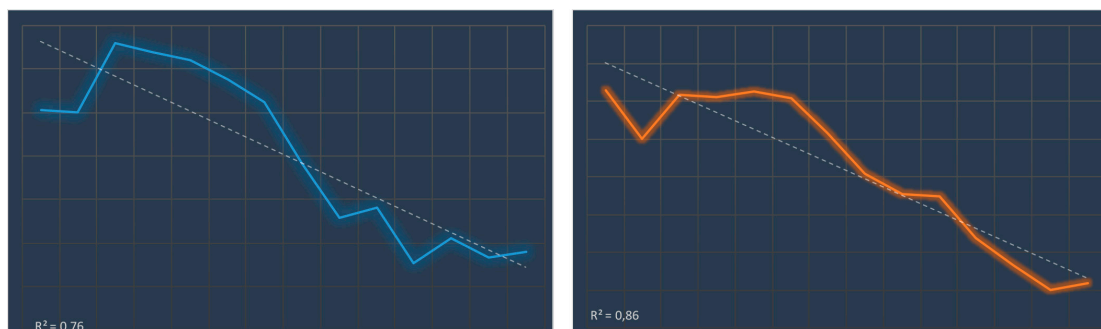
4.4. Criminalidade no concelho de Braga

4.4.1. Contextualização geral

Ao longo dos últimos anos, a criminalidade tem vindo a descer sustentadamente, atingindo níveis considerados baixos comparativamente com a vasta maioria dos países desenvolvidos. Portugal é considerado um dos países mais seguros do mundo, estatuto esse que lhe confere uma responsabilidade acrescida. Estes resultados derivam de razões multifatoriais, sendo uma fatia considerável consequente à boa atuação das estruturas de segurança interna nacional que, embora complexa, tem garantido comprovada eficácia.

Desde a aprovação da Lei de Segurança Interna, em 2008, a criminalidade geral sofreu uma redução de 20,3%, destacando-se, dentro desta, a redução muito acentuada da criminalidade violenta que decresceu, no mesmo período 40,8% (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Figura 7 : Evolução da criminalidade geral (linha azul) e da criminalidade violenta e grave (linha cor de laranja) entre 2006 e 2019.

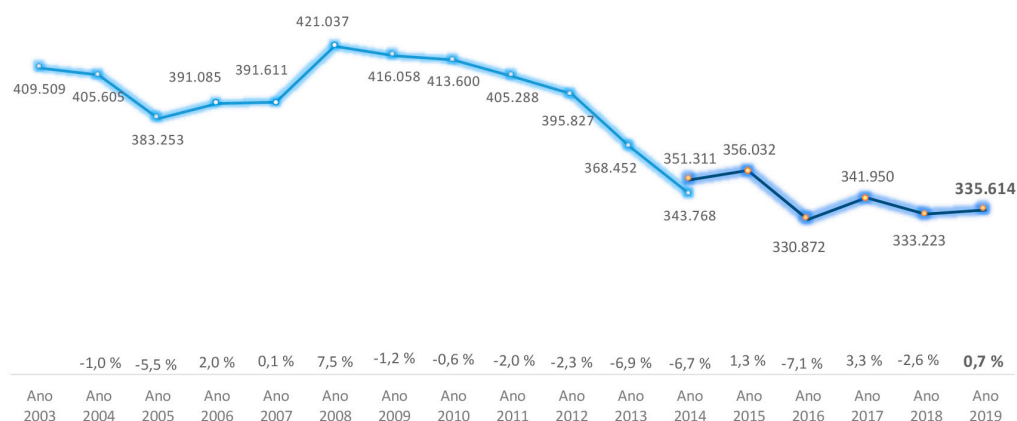


Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

O conjunto de participações criminais registadas pelos oito Órgãos de Polícia Criminal (GNR, PSP, PJ, SEF, PM, ASAE, AT e PJM) passou de 409.504 no ano 2003 para 335.614 em 2019, dado que espelha a melhoria das condições de segurança no país ao longo das últimas duas décadas.

O valor registado, no ano 2019, em termos de criminalidade geral foi o segundo valor mais baixo de sempre, apesar do aumento ligeiro em relação ao ano anterior. Este incremento de 2018 para 2019 foi de 0,7%. Os distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Braga e Aveiro registaram a maior incidência de participações, representando 70,3% de toda a criminalidade participada. Em Braga também houve um aumento modesto de 0,6% passando de 19.368 participações em 2018 para 19.485 em 2019 (variação de 117). De todos os distritos do país com variações positivas na criminalidade geral, entre 2018 e 2019, Braga foi o distrito com aumento percentual menos significativo.

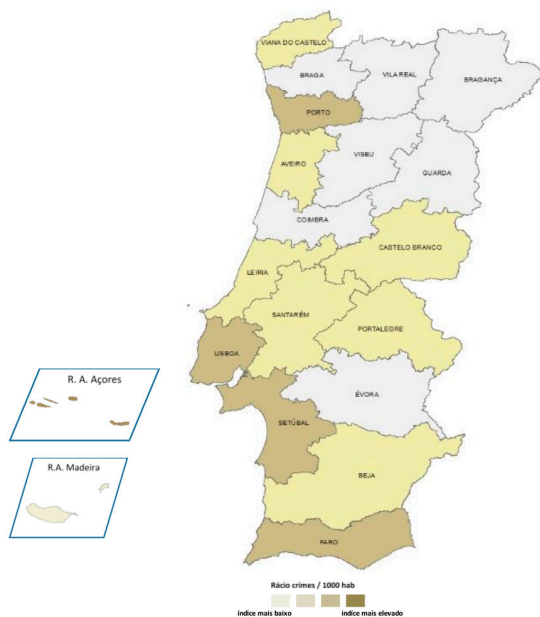
Figura 8 : Criminalidade geral participada em Portugal entre 2003 e 2019.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

Em termos de criminalidade violenta e grave, entre 2018 e 2019, verificou-se um aumento nacional de 417 participações (variação de 3%). Esta tipologia de crime tem maior expressão nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal que representam 68,8% do total nacional de participações. O distrito de Braga, em 2019, registou 610 participações (apenas 4,2% do total de participações no país), sendo importante realçar um aumento de 8% em relação ao ano 2018.

Figura 9 : Criminalidade geral em Portugal e por distrito nos anos 2018 e 2019



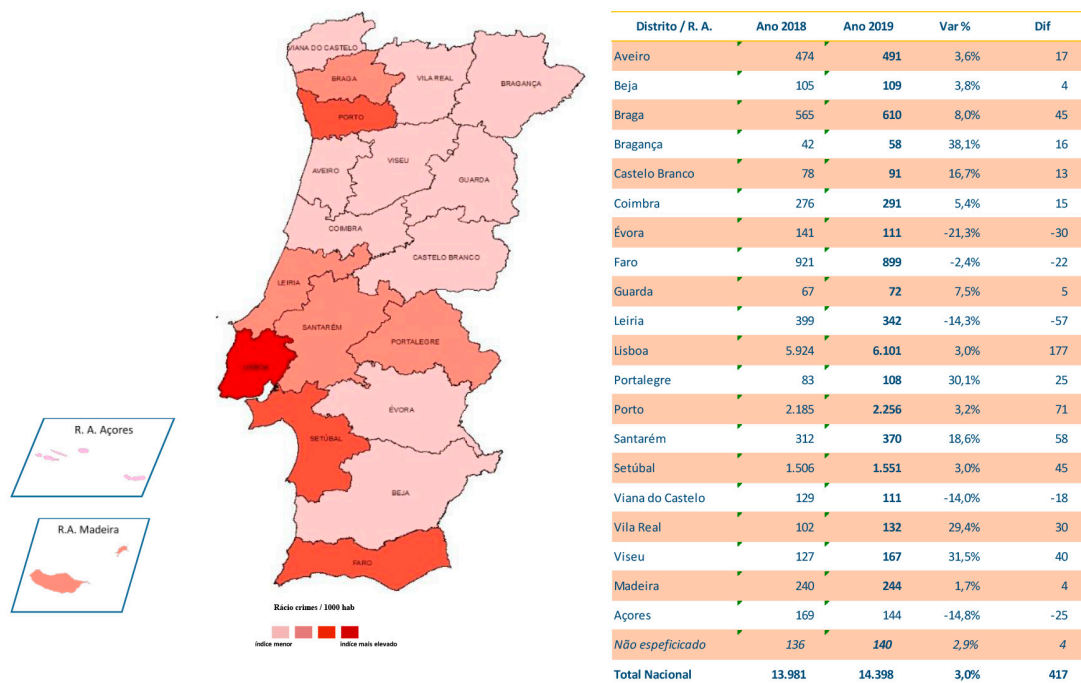
Distrito / R. A.	Ano 2018	Ano 2019	Var %	Dif
Aveiro	18.739	19.837	5,9%	1.098
Beja	4.221	4.111	-2,6%	-110
Braga	19.368	19.485	0,6%	117
Bragança	3.761	3.382	-10,1%	-379
Castelo Branco	4.784	5.776	20,7%	992
Coimbra	9.965	10.106	1,4%	141
Évora	3.932	3.841	-2,3%	-91
Faro	21.680	23.487	8,3%	1.807
Guarda	3.815	3.899	2,2%	84
Leiria	12.446	12.572	1,0%	126
Lisboa	87.690	84.498	-3,6%	-3.192
Portalegre	3.074	3.396	10,5%	322
Porto	58.765	57.879	-1,5%	-886
Santarém	12.151	12.120	-0,3%	-31
Setúbal	29.987	30.591	2,0%	604
Viana do Castelo	6.789	6.745	-0,6%	-44
Vila Real	5.116	4.725	-7,6%	-391
Viseu	8.029	8.201	2,1%	172
Madeira	6.311	6.635	5,1%	324
Açores	8.956	9.125	1,9%	169
<i>Não especificado</i>	3.644	5.203	42,8%	1.559
Total Nacional	333.223	335.614	0,7%	2.391

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2019.

Em termos de criminalidade violenta e grave, entre 2018 e 2019, verificou-se um aumento nacional de 417 participações (variação de 3%). Esta tipologia de crime tem maior expressão nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal que representam 68,8% do total nacional de participações. O distrito de Braga, em 2019, registou 610 participações (apenas 4,2% do total de participações no país), sendo importante realçar um aumento de 8% em relação ao ano 2018.

Dentro dos crimes violentos e graves, destacam-se o roubo na via pública (exceto por esticção) que representa 41,1% do total nesta tipologia de crime.

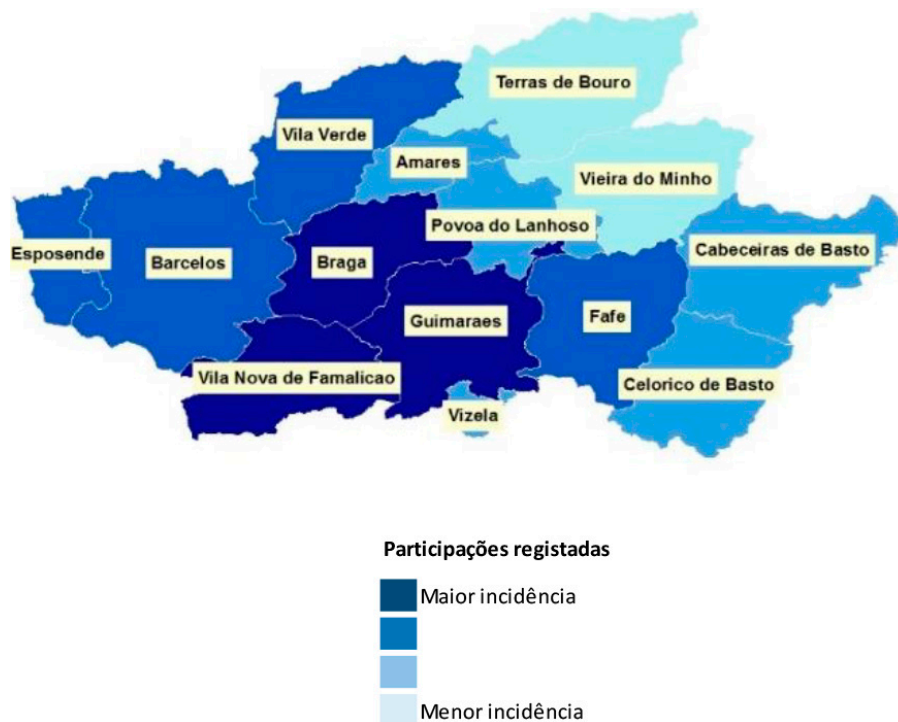
Figura 10 : Criminalidade violenta e grave em Portugal e por distrito nos anos 2018 e 2019.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna 2019.

Quer analisando a criminalidade geral, quer a criminalidade violenta e grave dentro do distrito de Braga, verifica-se que são os concelhos de Braga, Guimarães e Famalicão que têm maior representatividade em termos de número de participações registadas. O município de Braga totalizou, em 2019, 4.925 participações, seguido do concelho de Guimarães (3.210) e Vila Nova de Famalicão (3.019). Estes três concelhos, contabilizam 57% do conjunto total de participações do distrito (19.485).

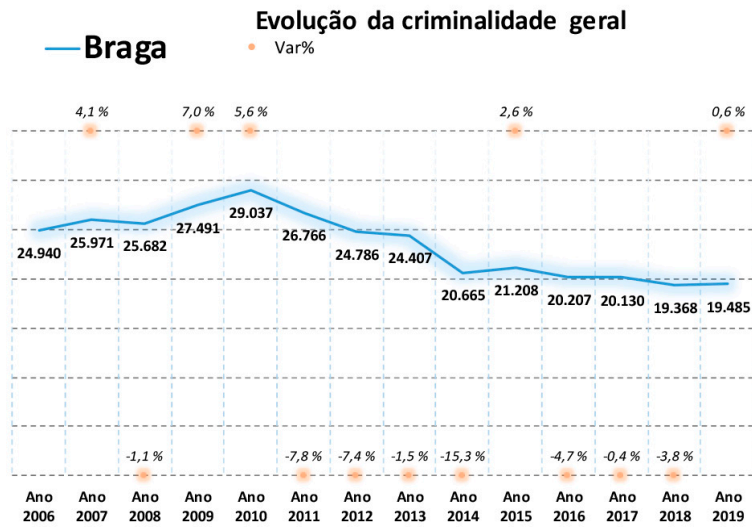
11 Incidência de participações de criminalidade geral nos municípios do distrito de Braga.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

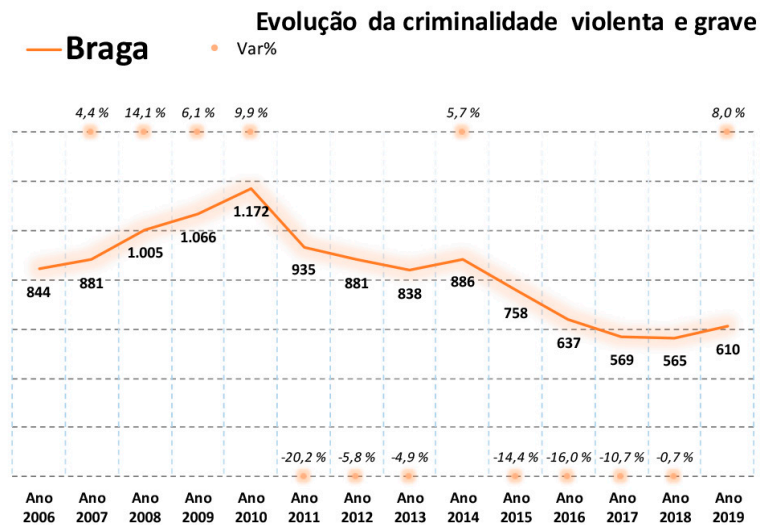
O número de participações ocorridas no ano 2019 no distrito de Braga totalizaram 19.485, sendo o segundo valor mais baixo desde 2006 (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). No que toca à criminalidade violenta e grave destaca-se o aumento de 844 participações em 2006 para 1.172 em 2010, ano em que se atingiu o pico neste indicador. Desde então verifica-se uma descida global nesta tipologia de crime, atingindo, em 2019, o total de 610 participações, o terceiro valor mais baixo dos últimos catorze anos (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Figura 12 : Evolução da criminalidade geral no distrito de Braga entre 2006 e 2019.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

Figura 13 : Evolução da criminalidade violenta e grave no distrito de Braga entre 2006 e 2019



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

Dentro da criminalidade geral é a violência doméstica contra cônjuge ou análogos que tem mais representatividade no distrito de Braga totalizando 1.692 participações, seguido da ofensa à integridade voluntária simples (1.401) e de condução de veículo furto em veículo motorizado (1.401).

Figura 14 : Criminalidade geral - crimes mais participados em 2019 e respetiva variação em relação a 2018.



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

No que toca à criminalidade violenta e grave, o crime mais participado é o roubo na via pública (exceto por esticção) e o roubo por esticção. Os dois, em conjunto, totalizaram 340 participações no ano 2019 (55,7% do total de crimes violentos e graves).

Analisando os dados da PORDATA disponíveis on-line que compila os dados obtidos da Direção-Geral da Política de Justiça, o município de Braga totalizou, em 2018, um total de 4.772 crimes registados pelas polícias que representa 49,7% do total de crimes da sub-região do Cávado que abrange os territórios dos concelhos de Braga, Esposende, Barcelos, Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. A maioria dos crimes registados no município de Braga foram contra o património (2.609, 54,7% do total), seguido do crime contra pessoas (1.267, 26,6% do total). O crime contra a vida em sociedade totalizou, em 2018, 604 casos (12,7% dos casos). Importa realçar que estes tipos de crimes (contra património, contra pessoas e contra a vida em sociedade) correspondem à tipologia de crimes com potencial para acontecer em contexto de eventos de massa como são as Procissões da

Semana Santa em Braga, sendo, provavelmente aqueles que mais importa atuar preventivamente no sentido de os evitar.

Figura 15 : Criminalidade violenta e grave - crimes mais participados em 2019 e respetiva variação em relação a 2018

Criminalidade violenta – crimes mais participados no ano e respetiva variação



Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna - 2019.

4.4.2. A criminalidade na cidade de Braga em tempos de Semana Santa

Segundo fonte do Comando Distrital de Braga da PSP, no ano 2019 registaram-se um total de 52 ocorrências durante o período de 15 a 21 de abril, tendo sido esse o período em que decorreram as celebrações da Semana Santa. Verifica-se que a maioria das ocorrências registadas dizem respeito a crimes contra o património (50%, n=26), seguido dos crimes contra as pessoas (32,7%, n= 17). Há igualmente uma percentagem significativa de crimes relacionados com a condução sob o efeito do álcool (7,7%) o que pode ser explicado pelo facto de se tratar de um evento social que, em parte, propicia este tipo de comportamento. Sabemos, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna de 2019, a condução sob o efeito do álcool acima de 1,2 g/dL de sangue corresponde a cerca de 5,6% do total de crimes ocorridos no distrito de Braga. Ora, tal aumento explica-se não só

pelo aumento do número de casos, mas também pelo aumento da capacidade de deteção pois, no contexto de eventos como a Semana Santa há um aumento do policiamento nas estradas. Importa, neste sentido, salientar a importância de um patrulhamento adequado nas estradas de acesso à cidade, de forma a contribuir para a deteção deste crime, mas sobretudo, a dissuadi-lo, contribuindo para a prevenção e para a redução da sinistralidade rodoviária.

Destaca-se também o crime de oportunidade como algo que é característico de eventos de massa como acontece na Semana Santa em Braga. Importa referir que, segundo o RASI, este é uma tipologia de crime que representou 2,7% do total de ocorrências registadas no distrito de Braga durante o ano 2019. Na Semana Santa, 5,7% dos crimes foram desta tipologia se considerarmos também como furto de oportunidade o furto por carteirista. Este tipo de crime merece análise por parte das autoridades e forças de segurança no sentido de o prevenir. O roubo por esticção que, segundo o RASI 2019, não representa um crime muito significativo no distrito de Braga (0,7%). Na Semana Santa, no ano 2019, só foi reportada uma ocorrência, apesar de percentualmente isso representar um incremento face aos dados do RASI (1,9%), fenómeno que também se verifica no contexto do Roubo a pessoas na via pública (exceto esticção).

Importa salientar que, durante a Semana Santa 2019, as 52 ocorrências verificadas correspondem a 1% do total de crimes participados no município de Braga ao longo de todo o ano (4925).

Tabela 2 : Tipologia de crimes ocorridos na cidade de Braga durante a Semana Santa (15 a 21 de abril de 2019).

Descrição	n	%
Total de Crimes contra as pessoas	17	32,7%
Ofensa à integridade física voluntária simples	5	9,6%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	6	11,5%
Outros crimes de violência doméstica	2	3,8%
Ameaça e coação	2	3,8%
Difamação, calúnia e injúria	1	1,9%
Outros crimes contra as pessoas	1	1,9%
Total de Crimes contra o património	26	50,0%
Furto de veículo motorizado	2	3,8%
Furto em veículo motorizado	2	3,8%
Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	1	1,9%
Furto em área anexa a residência	1	1,9%
Furto em edifício comercial ou industrial com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	5	9,6%
Furto por carteirista	1	1,9%
Furto de oportunidade/objetos não guardados	2	3,8%
Roubo por esticção	1	1,9%
Roubo a pessoas na via pública (exceto esticção)	1	1,9%
Outro dano	4	7,7%
Outros crimes contra a propriedade	4	7,7%
Outras burlas	2	3,8%
Total de Crimes contra a vida em sociedade	6	11,5%
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, chancelas, pesos ou medidas	1	1,9%
Condução de veículo com taxa de alcoolémia igual ou superior a 1,2 gr/l	4	7,7%
Outros crimes contra a segurança das comunicações	1	1,9%
Total de Crimes contra o Estado	2	3,8%
Resistência e coação sobre funcionário	1	1,9%
Desobediência	1	1,9%
Total de Crimes previstos em legislação avulsa	1	1,9%
Condução sem habilitação legal	1	1,9%
Total Criminalidade	52	---

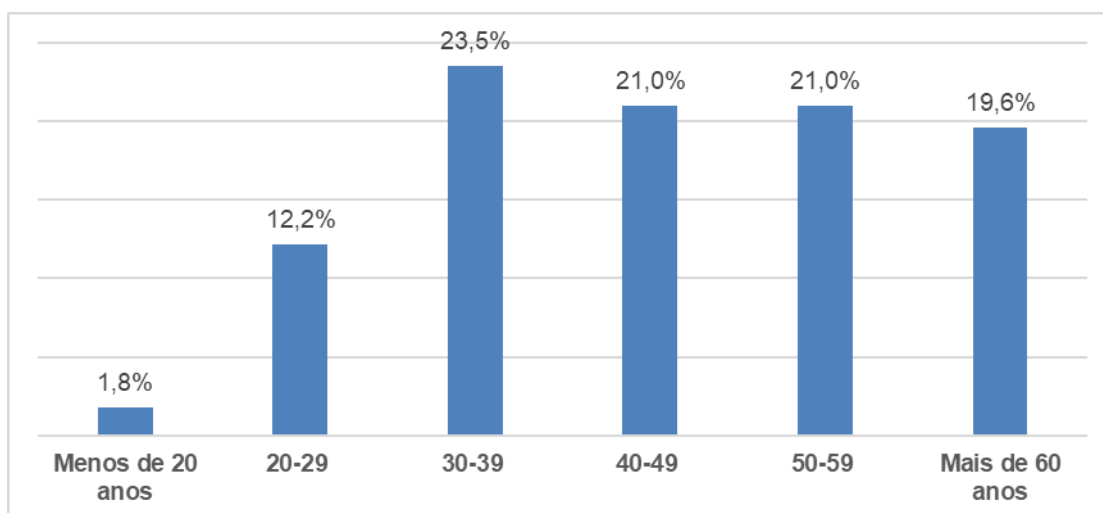
Fonte: Comando Distrital da PSP de Braga.

4.5. O perfil do turista na Semana Santa em Braga

De forma a definirem-se políticas de segurança no contexto da Semana Santa, importa conhecer a realidade do evento, nomeadamente o perfil do turista que visita a cidade de Braga e as principais motivações em que assentou a sua presença no evento.

Em 2011, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, realizou um estudo em que caracteriza o turista que visita Braga na Semana Santa, através da aplicação de questionários a uma amostra de conveniência de 1396 turistas alojados nas unidades de alojamento de Braga no período da Semana Santa. Verificou-se que a maioria dos turistas são do género masculino (54%). Em termos de faixas etárias às quais pertencem os visitantes, a grande maioria (44,5%) tem idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos, sendo também considerável a franja de turistas com mais de 50 anos, conforme se pode constatar no gráfico 1.

Gráfico 1 : Distribuição dos turistas na Semana Santa de acordo com o seu escalão etário.



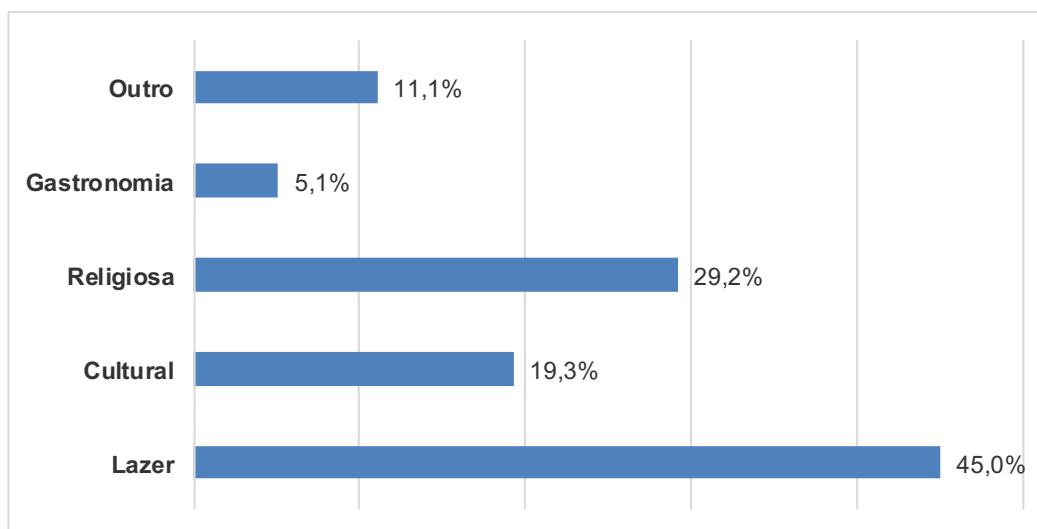
Fonte: Turismo do Porto e Norte de Portugal (2011).

O mesmo estudo constata que 51% dos visitantes são de nacionalidade Portuguesa, o que significa que quase metade são estrangeiros. Os cidadãos de nacionalidade espanhola são os que acorrem em maior número (31,1%), seguidos dos Brasileiros (8,4%). A grande maioria dos turistas deslocam-se à cidade de automóvel (80,6%) o que atesta bem a importância que as questões do trânsito merecem no contexto da preparação da Semana Santa em Braga, dado o aumento maciço de

veículos que passam a circular na cidade. Conforme se verá posteriormente neste trabalho, é a PSP que se responsabiliza de forma mais preponderante no que respeita ao controlo do tráfego automóvel na cidade durante o evento, gerindo os acessos aos diferentes pontos da cidade de forma a garantir e a zelar pela segurança dos transeuntes e dos cidadãos. Sabendo-se também que uma percentagem considerável dos turistas é residente em Espanha (30,7%), percebe-se a importância que o SEF também poderá ter no contexto da preparação do evento em termos de segurança e prevenção da criminalidade e de potenciais eventos terroristas.

É difícil diferenciar entre os visitantes que vêm por interesse religioso daqueles que se deslocam por interesse cultural ou outro (Cunha, 2013). No estudo do Turismo do Porto e Norte de Portugal, conclui-se que os turistas deslocam-se a Braga sobretudo por lazer (45%) e por motivações religiosas (29,2%), havendo também visitas por interesse cultural e até gastronómico.

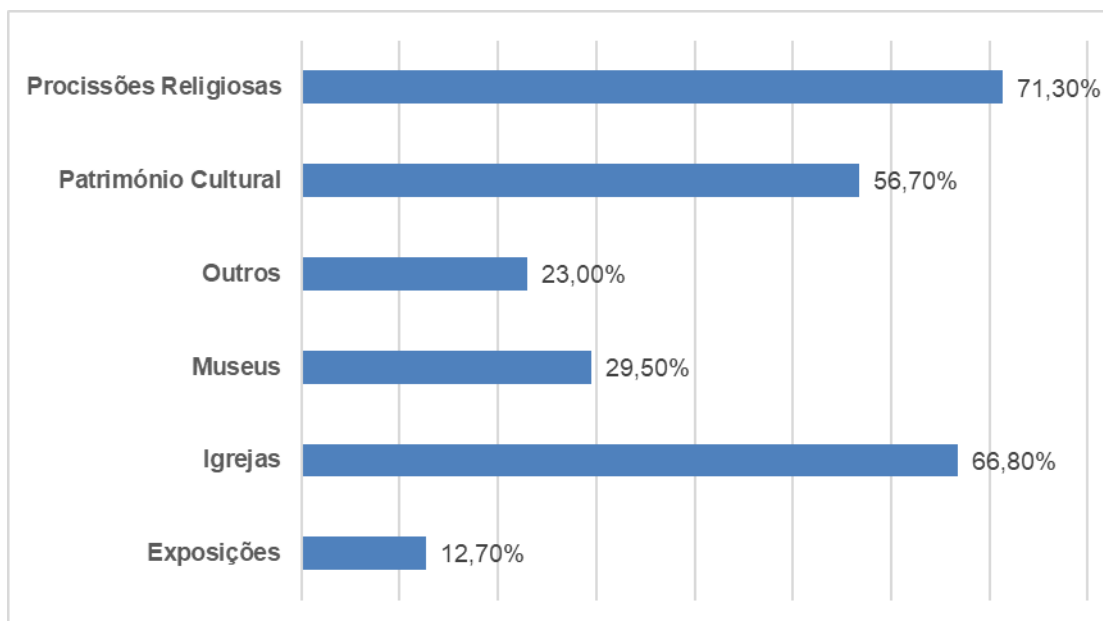
Gráfico 2 : Motivação da vinda do turista à cidade de Braga na Semana Santa.



Fonte: Turismo do Porto e Norte de Portugal (2011).

Verifica-se que 71,3% dos turistas acaba por participar nas procissões religiosas e 66,8% visitam Igrejas. Este facto atesta a importância que a segurança deverá ter no contexto da Arquidiocese de Braga, não só pelo evento em si da Semana Santa, mas por todo o património religioso que a Igreja possui e que é alvo da presença maciça de pessoas em todo o ano, particularmente neste período de procissões.

Gráfico 3 : Principais pontos de interesse do turista à cidade de Braga na Semana Santa



Fonte: Turismo do Porto e Norte de Portugal (2011).

Em Portugal, sabe-se que o furto de objetos de arte sacra apresenta uma tendência de crescimento acentuado, à imagem do que acontece a nível internacional, sendo importante a Igreja Católica repensar a forma como deve proteger esse património que representa cerca de 70% do património histórico e artístico português (Projeto Igreja Segura).

4.6. Cooperação e articulação das Forças de Segurança com a Diocese de Braga na realização dos eventos religiosos

Neste item socorremo-nos das entrevistas realizadas aos vários intervenientes envolvidos na preparação da Semana Santa em Braga, nomeadamente: Secretária da Comissão da Semana Santa (E1), Comandante Distrital da PSP de Braga (E2), Comissário da PSP de Braga (E3) e o Comissário da PSP de Braga (E4), cuja análise passamos a fazer:

- I. Relativamente à questão número um: *como avalia a articulação que é feita entre a Diocese e a PSP no contexto da semana santa?*

O sentimento dos entrevistados, quanto à questão, é muito positivo. Consideram que a articulação é boa ou muito boa. Assim, na opinião do entrevistado E1, tal articulação é muito boa e afirma que há quatro anos, por

iniciativa do anterior Presidente da comissão Cónego Luís Miguel Rodrigues, é marcada uma reunião com todas estas entidades para que todos em conjunto possam falar e apresentar as suas ideias e soluções. Esta realidade denota a importância e a preocupação na manutenção de tranquilidade pública e de bem-estar social coletivo. Por isso, afirma que são convocadas a PSP, Polícia Municipal (PM), Proteção Civil Municipal, bombeiros, escuteiros, a Proteção Civil de Braga. A GNR não intervém. O Exército vem para participar na procissão e marcar a sua presença como autoridade da cidade. O presidente da comissão, Cónego Avelino, também fica em permanente contacto. Por seu lado, o entrevistado E2 dá uma resposta muito mais incisiva e afirmativa, considerando que a articulação com a arquidiocese é muito boa. Considera que, atempadamente, fazem reuniões de coordenação para estudarem, em detalhe, cada um dos eventos que compõem a Semana Santa e aqueles que dentro desses eventos carecem desse apoio da Polícia de Segurança Pública. Por razões de ordem pública ou por razões de segurança, diz que fazem as reuniões necessárias, muitas vezes setoriais, com o objetivo de melhor definirem os processos e afirma que é durante a Semana Santa são as razões de ordem pública que suscitam as maioríssimas preocupações. Diz, ainda, que se articulam perfeitamente, tentando conciliar aquilo que é a vontade da diocese com aquilo que são as necessidades no âmbito da segurança e da ordem pública e da tranquilidade dos cidadãos e da cidade de Braga.

O entrevistado E3, sobre a mesma questão, considera que a colaboração já é histórica, porque já tem alguns anos. Como não é uma colaboração recente, já existe uma acumulação de saberes sobre os eventos, o que facilita o processo e colaboração. Contudo, adianta que, mais recentemente, desde 2015, começaram a fazer reuniões de coordenação. Sublinha que até aí faziam reuniões, mas não com a envolvência que as reuniões têm em termos de entidades com responsabilidades na Semana Santa na atualidade. O mesmo aconteceu com o entrevistado E4, que diz que marcam reuniões de trabalho com muita antecedência, para a preparação da Semana Santa. Diz ainda que é tudo articulado com a Diocese de Braga com muito tempo de antecedência. Também considera

que o trabalho está facilitado porque aproveitam a experiência realizada e acumulada no ano anterior, pois foi bem-sucedido.

II. A Comissão da Semana Santa: Articulação entre a Diocese e a PSP de Braga

Fazem parte da Comissão da Semana Santa dezassete pessoas. Esta Comissão é presidida pelo Cónego Avelino Amorim e é constituída por várias entidades, nomeadamente o Cabido da Sé, a Câmara Municipal, na figura da Vereadora da Cultura, a Irmandade da Misericórdia, a Irmandade da Santa Cruz, Turismo do Norte e Porto, Associação Comercial de Braga e outros representantes da sociedade civil.

O elo de ligação da Comissão da Semana Santa com as forças de segurança é o seu Presidente, o Cónego Avelino Amorim. São realizadas diversas reuniões de coordenação para se analisar em detalhe cada um dos eventos que compõem a Semana Santa e aqueles que, dentro desses eventos, carecem desse apoio da Polícia de Segurança Pública. No contexto da Semana Santa, a PSP tenta conciliar as preocupações em zelar pela ordem pública e pela segurança com as necessidades manifestadas pela Diocese. Importa realçar que a Câmara Municipal de Braga tem um papel essencial em todo o esquema da Semana Santa, garantindo, em articulação com a Diocese e a PSP para que este evento seja seguro. Assim, relativamente à questão nº 2 “*Considera que há aspetos a melhorar nessa articulação? Quais? Estamos em outubro... já começaram os preparativos para as procissões de 2021?*”, as respostas são muito claras e parecem convergir na essência. Deste modo, o E1 considera que os trabalhos de preparação do ano seguinte já começaram com alguma antecedência. Sublinha que as pessoas não têm noção do tempo que demora a preparar a Semana Santa, mas em bom rigor até ao início da quaresma, pelo menos uma a duas vezes por mês se reúnem para tratar de todos os assuntos relacionados com estas celebrações. Apesar de fazerem coisas que se repetem todos os anos, há sempre coisas para tratar e decidir, adianta. Por seu lado, o E2 considera que os programas não são muito diferentes de ano para ano, apesar de algumas inovações e alterações que se verificam há sempre um grande número de eventos que

se mantêm do ano anterior. Por isso, adianta que por volta de janeiro ou fevereiro, é suficiente para fazerem as reuniões e para acertarem os pormenores necessários ao evento. Também o E3 considera que, por norma, e em termos de segurança, exclusivamente, as reuniões são preparadas com dois meses de antecedência, sensivelmente e que têm sido perfeitamente profícuas. Considera que, normalmente, existe uma troca de ideias e de sugestões que são colhidas e discutidas e que têm vindo, com o tempo, a melhorar.” Já o E4 considera que a cargo da PSP estão as três grandes procissões que é *Ecce Homo*, a Burrinha e o Enterro do Senhor.”

III. Ponto de partida no processo de articulação entre a Diocese e as forças de segurança

É solicitado formalmente o apoio à PSP, à PM, à Associação Humanitária dos Bombeiros, à Proteção Civil Municipal e a Autoridade Nacional da Proteção Civil, representante do Corpo Nacional Escutas e a Delegação de Braga Cruz Vermelha Portuguesa. São igualmente realizadas reuniões com todas estas entidades para a partilha de ideias e soluções de forma a resolverem-se as principais dificuldades organizativas, aferirem-se as principais necessidades e a delinarem-se responsabilidades específicas para cada entidade. Assim, quanto à questão nº 3, *há alguém responsável por parte da diocese na área da segurança? Se não há, considera pertinente existir?* As respostas obtidas foram:

O E1 considera que o responsável por parte da diocese na área da segurança é o presidente da comissão. Diz que se houver qualquer problema é o contacto dele que está operacional para resolver qualquer questão. Também adianta que dentro da própria comissão existem várias entidades: Cabido, a Câmara Municipal, a Irmandade da Misericórdia e a Irmandade da Santa Cruz, representante da paróquia de São Vítor, representante do Turismo do Porto e Norte de Portugal, representante Associação Comercial de Braga entre outros elementos da sociedade civil. No fundo, considera que todos eles delegam na figura do presidente da Comissão, o Cónego Avelino, essa função. Por seu lado, o E2 diz desconhecer tal realidade, mas considera essencial para a Diocese de Braga ter alguém a pensar nos assuntos da segurança, não só quanto ao

elevado património que tem, com inúmeras igrejas e obras de arte, mas também pelo aspeto da segurança do crente, do praticante que vai à igreja. Nesse sentido, considera que é importante ter alguém responsável.

O E3 afirma que, normalmente, é o Cabido da Sé o representante e, dessa forma, que é o primeiro responsável, quanto à posição do E4 diz que, de acordo com a sua perceção, não há tal figura “responsável”, mas que há um promotor que dá a cara pela Diocese que é o ponto de ligação para connosco e que, por norma, costuma ser o Cónego Avelino. Adianta que, por norma, costuma partir dele a primeira reunião.

Verifica-se, portanto, que a articulação entre a Diocese e as Forças de Segurança no contexto da organização da Semana Santa, não sendo realizada por nenhum profissional especializado nas questões da segurança. Neste sentido, as respostas à questão nº 4 (*Quais as principais forças envolvidas na gestão da segurança deste evento? Sei que a PSP tem o papel mais relevante e preponderante, mas há outras entidades policiais envolvidas?*) foram:

O E1 entende que se sente muita responsabilidade e muito sentido de dever nas forças de Segurança. Contudo, adianta que, pela presença em termos de maior número, talvez seja a PSP. O E2 não responde a esta questão e o E3 diz que, **em termos de segurança, a responsabilidade** da segurança pública e manutenção na decorrência das três grandes procissões religiosas da Semana Santa, **é da PSP de Braga**, nas quais tem uma intervenção direta e um papel predominante. Também considera que existem outros parceiros que com eles trabalham e que têm muita importância para o desenvolvimento da segurança, como é o exemplo a Proteção Civil Municipal, a PM, a Câmara Municipal e a própria Diocese. Normalmente, sublinha, nas reuniões está presente o representante do Corpo Nacional de Escutas que, por norma, não sendo a segurança da sua responsabilidade, intervêm no sentido de colaborar na contenção do público, em ordenar e em aconselhar. Diz, ainda que, como é um evento que decorre na via pública, as empresas de segurança privada têm uma atividade limitada. Por seu turno, o E4 diz que, por questões de responsabilidade, preferem que seja definido um evento só segurado por eles e afirma: “Nós, polícia, assumimos

a segurança dessas procissões, desde cortes de trânsito à segurança de todo o evento”.

IV. Entidades envolvidas na segurança

A PSP é a única força de segurança com preponderância na organização da Semana Santa, quer pelo número de agentes que marcam presença no terreno, quer pelas responsabilidades que lhe são atribuídas. Em quase todo o percurso das procissões há elementos da PSP, bem como nos outros pontos da cidade, havendo pontos com presença fixa de agentes, sobretudo nos locais com maior afluência de público. Há equipas de intervenção policial como o Corpo de Intervenção, além do pessoal de Cortes de Trânsito e as Equipas de Intervenção Rápida (EIR). A presença maciça destes elementos policiais em vários pontos da cidade tem um efeito dissuasor.

Este trabalho da PSP é complementado pelo papel desempenhado pela PM, particularmente no que concerne a algum apoio nas questões relacionadas com o trânsito, sobretudo noutros eventos integrados da Semana Santa de menor magnitude e impacto social. Por seu lado, a GNR marca presença nas procissões da Semana Santa apenas de forma simbólica, não intervindo de forma ativa na organização. Também o Exército vem para participar na procissão como entidade presente na cidade de Braga, representando o Regimento de Cavalaria N°6.

Na Semana Santa não é recrutado qualquer apoio a serviços de segurança privados, uma vez que, sendo um evento que decorre na via pública e, assim sendo, qualquer atuação de uma empresa de segurança privada está limitada. Neste contexto, lacámos a seguinte questão nº 4: *Há uma grande afluência de estrangeiros nomeadamente espanhóis vindos da Galiza, e nos últimos anos brasileiros... este dado tem relevância na forma como é preparado o evento em termos de segurança, por exemplo no que respeita ao controlo ou vigilância nas zonas de fronteira?* As respostas a esta questão foram:

O E1 diz que no posto de Turismo é costume fazer-se tais estatísticas e que têm perfeito conhecimento da participação de pessoas vindas de Espanha. Diz ainda que na última década têm sentido o aumento do número de turistas na semana santa tem vindo aumentar, acrescentando que não são apenas espanhóis, mas também brasileiros. Por seu lado, o E2 afirma que a PSP de Braga não tem preocupações com as fronteiras, sendo isso uma preocupação do SEF. Por isso, partem do princípio de que todos as pessoas que se encontram dentro das fronteiras portuguesas estão legais. Quando têm informação de que isso não acontece, preocupam-se em apurar os factos, acrescentando que há muitos turistas que vem com vistos turísticos durante a Semana Santa. Entende que esse aglomerar de turistas na Semana Santa constitui uma preocupação para a polícia de Braga. Acrescenta que já é costume fazerem parcerias com polícias espanhóis e que durante o período da Semana Santa costumam ter polícias do Corpo Nacional de Polícia de Espanha que servem de elo de ligação com os cidadãos que vêm de Espanha. Também diz que com os Brasileiros ainda não sentiram essa necessidade porque grande parte dos que cá estão, primeiro não têm o problema da língua e depois são pessoas que também já residem cá em Portugal. Por isso, não têm a noção de que as pessoas venham de propósito a Portugal por causa da Semana Santa, pensando que são pessoas que já estão em Portugal a viver.”

Relativamente às respostas do E3, considera que os espanhóis, tal como os demais turistas, têm uma importância primordial na Semana Santa. Temos consciência da sua importância em termos económicos para a cidade, e do turismo de uma forma geral. Por isso, diz que quanto mais as pessoas se sentirem seguras, mais poderão vir, no futuro, à cidade de Braga. O mesmo acontece com o sentimento de E4, que diz que têm perfeita noção estes eventos trazem milhares de pessoas à cidade de Braga e que se alguma coisa acontecesse, as vítimas poderiam ser muitas. Assim, com este tipo de comportamento, conseguem garantir que não aconteça o que aconteceu em Paris de entrar com um carro pelo espaço onde se celebram as procissões, porque têm jerseys de betão a cortar todo o acesso, apesar de nada garantir que não haja outro tipo de ataque.

V. Presença de turistas e o controlo de fronteiras

Nas procissões da Semana Santa é tradicional o afluxo de inúmeros turistas, sobretudo nacionais, mas também estrangeiros, nomeadamente Espanhóis. O controlo das fronteiras, sendo da responsabilidade do SEF, não é uma preocupação para a PSP de Braga, porém, existem parcerias com a polícia espanhola e durante o período da Semana Santa estão presentes em Braga agentes policiais do Cuerpo Nacional de Policía de Espanha para servirem de elo de ligação com os cidadãos que vêm de Espanha. Neste contexto, colocamos a questão nº 5 - *Que meios utilizam? Há agentes infiltrados? As ruas por onde passam as procissões são analisadas de ponta a ponta antes das procissões? Se não são, acha relevante?* Cujas respostas foram:

O E1 e o E2 não respondem a esta questão. O E3 garante que é feito um estudo pormenorizado no sentido de garantir o máximo de segurança possível, e fazem um estudo no sentido de tentar controlar ao máximo, em termos de segurança, com as limitações que têm. Também entende que nada é possível controlar a 100%, mas que são afetados nesse policiamento as diversas valências da PSP, a nível de informações policiais, investigações criminais, ordem pública, policiamento de proximidade, trânsito. São reforçados com o corpo de intervenção. Por seu lado, o E4 diz que em quase todo o percurso têm elementos policiais e, mesmo no acompanhamento da procissão e no espaço em que não temos a procissão a decorrer, têm pontos fixos com elementos nossos, de forma a garantirmos a segurança nos locais com mais afluência de público. Também têm as suas equipas de intervenção rápida, que é, também, uma forma de mostrar força. Considera que é preferível mostrar a força do que usá-la, porque isso é uma forma de tentar dissuadir qualquer intenção de que se faça algo aqui em Braga.

No seguimento daquela questão, também colocamos a questão nº 6 - *Das três procissões principais (burrinha, quinta feira santa e sexta feira santa) há algum detalhe de alguma que gostaria de destacar em termos de atuação da PSP? O risco de cada uma delas é semelhante?* Cujas respostas sintetizamos da seguinte forma:

O E1 e o E3, não respondem a esta questão. Por seu lado, o E3 considera que os riscos são semelhantes. Também o E4 considera que, em termos de risco, avalia as três de forma muito semelhante. Mas, em termos de planeamento, traçam as três de forma igual. Já em termos de despesas, de meio humano e de materiais é diferente, acrescentando que em termos de cuidados, têm o mesmo cuidado nos três dias.

Neste mesmo ambiente, colocamos a questão nº 7: *Segundo o RASI de 2019, o número de participações por crime no distrito de Braga ao longo dos últimos anos tem, felizmente, diminuído e estou certo de que a PSP tem dado um contributo enorme para que estes números sejam uma realidade. Segundo este relatório, dentro dos crimes violentos e graves, destacam-se o roubo na via pública (exceto por esticção) que representa 41,1% do total nesta tipologia de crime. Considera esta a principal ameaça em termos de segurança no contexto de um evento de massa como é a semana santa? Ou o foco será mais a prevenção de ataques terroristas?*

A esta questão, o E1 não responde e o E2 diz que “*não podemos dizer que o foco é exclusivamente um*”. Considera que têm que olhar para a questão da segurança de uma forma global. Acrescenta que numa altura e em eventos como é a Semana Santa, têm que estar preocupados para eventuais ataques terroristas, dizendo que, desde 2017, começaram a utilizar os jerseys de betão para isolar as ruas e a parte por onde passam as procissões. Diz que têm pessoal com coletes à prova de bala e com pistolas metralhadoras e prontos para repelir qualquer agressão que venha desse âmbito. Adianta que todos sabem que a ameaça terrorista não avisa quando é que vai acontecer. Por isso, essa potencial ameaça é sempre uma constante, mas que há outras vertentes da segurança que têm de acompanhar. No caso de roubos a pessoas, diz que os carteiristas nessa altura vêm muito para esta zona e que isso também é outra preocupação, tal como os desacatos, entre outros e que todos esses itens são objeto da sua atuação. Por seu lado, o E3 diz que a Segurança é trabalhada no seu todo e sem dúvida que se preocupam com o furto de veículos, com o pequeno furto ou roubo a pessoas, com agressões físicas. Dessa forma, diz que tudo é importante e que tudo é tido em conta para prevenir a criminalidade.” O mesmo acontece com o E4 que afirma que esse é o seu

foco. Porém entende que, talvez, o tipo de crime que será mais apetecível é o crime de oportunidade, o “crime de carteirismo”. Se pensarmos na quantidade de meios que temos no terreno, o roubo é um tipo de crime que chamaria atenção dado que têm muitas pessoas assistir, muitos policias no terreno que rapidamente acorreriam ao local.

VI. Principais desafios à Segurança no contexto da Semana Santa

Numa altura como a Semana Santa é importante a preocupação com eventuais ataques terroristas. Esta ameaça é uma constante e sabe-se que, normalmente, quando acontece, surge sem aviso prévio. Por isso, é fundamental aturar na prevenção. Por isso, particularmente após os atentados de Paris, desde 2017 começaram-se a utilizar os jerseys de betão para isolar as ruas, nomeadamente aquelas por onde passam as procissões. Além disso, os agentes no terreno circulam com coletes à prova de bala e dispõem de pistolas metralhadoras, medidas que se associam a todas as outras habituais que fazem parte do modus operandi das forças de segurança neste contexto de eventos de massa como cortes e desvios de trânsito. Para além disso há outras vertentes da segurança que é importante acompanhar. No contexto da Semana Santa o tipo de crime aparentemente mais apetecível é o de oportunidade. Os carteiristas são outra preocupação e outras situações menores como altercações, rixas e desacatos que, por vezes, também acontecem e que são objeto de atenção, assim como o pequeno furto a pessoas ou bens.

Durante as Procissões da Semana Santa há muitas Igrejas que se encontram abertas ao público, estando, por isso, expostas a atos de vandalismo, furto ou roubo inúmeras peças e obras de arte com valor patrimonial significativo. Porém, há comissões locais que se responsabilizam por garantir a segurança desse património, mantendo, no entanto, a PSP um papel importante de vigilância e atuação rápida perante qualquer ocorrência. É neste contexto que colocamos a seguinte questão nº 8: *nos últimos anos houve algum incidente em termos de segurança / crime que considere relevante destacar? O que mudou desde aí?* Aqui, o E1 responde de forma categórica dizendo “*Felizmente não*”, tal como acontece com o E4. O E2 não responde a esta questão e o E3 afirma que “*não houve*

ocorrência nenhuma! Contudo, diz que houve uma enorme evolução na preparação da implementação efetiva de segurança, sublinhando que as restrições que têm sido feitas nas diferentes artérias, são o tipo de barreiras colocadas em determinados acessos, o perímetro que é colocado em determinados locais que garanta uma segurança completa e efetiva relativamente a fenómenos criminais de atropelamentos com veículos.

Em jeito de colmatar as questões colocadas aos entrevistados, colocamos mais uma, a questão número 9, através da qual se perguntava “*considera as procissões da semana santa um evento seguro?*”

O E1 não responde e todos os demais consideram que é um evento muito seguro. Afirmam, de igual forma, que para além de ser seguro, que a criminalidade tem vindo a descer e que, simultaneamente, as preocupações com a segurança têm vindo a crescer. Assim, o E4 afirma que não têm tido históricos de insegurança nos três eventos que lhes são atribuídos, enquanto que o E2 considera que, face às ocorrências participadas, a Semana Santa é um evento muito seguro, graças, também, aos esforços de cooperação e entendimento entre a Câmara de Braga, a PSP e a Diocese têm trabalhado bem e em conjunto para garantir que a Semana Santa seja um evento seguro e para que as pessoas possam ir a Braga e apreciar as festividades sem estarem preocupadas com as questões da segurança.

4.7. Conclusão

Com o presente capítulo, enquadrámos a Semana Santa, como um evento religioso, mas com um forte poder de alavancagem económica, dado o número de visitantes, nacionais e estrangeiros que ocorrem a Braga, por altura dessas festividades. Todos os intervenientes sentem que existe uma preocupação com a segurança das pessoas. A preocupação é uma constante a todos e, meses antes da ocorrência do evento começam as reuniões de preparação, de planeamento e de articulação entre os diversos atores. Mais se denota, o interesse por uma coordenação eficaz e com a assunção de responsabilidades por parte de todos. Todos consideram que o evento da Semana Santa é um evento seguro, muito seguro, e que, à priori, as pessoas poderão visitar e permanecer na cidade com a tranquilidade necessária. Contudo, deixam transparecer a existência de desafios e de ameaças, tal como poderá acontecer em qualquer parte do mundo, tal como tem acontecido com os movimentos terroristas quer, de quando em quando, assolam espaços do globo bem precisos e cirúrgicos. De facto, os atentados terroristas de que o mundo foi palco nos últimos anos vieram intensificar e acelerar a necessidade de uma maior, mais atenta e vigilante segurança local, comunitária e nacional, embora existam também outros fatores condicionadores deste fenómeno.

CAPÍTULO V – DISCUSSÃO, CONCLUSÃO e DEBILIDADES

5.1. Discussão

Presentemente, a segurança nacional e a partilha de informações que permitam maior segurança a nível internacional, caso da INTERPOL, encontra-se no centro das preocupações do Homem e do Estado. Não obstante a necessidade permanente de vigilância sobre o aparelho que visa garantir os direitos e liberdades fundamentais, que em nome dessa maior segurança, tem sofrido, por vezes, severas restrições e reduções no seu alcance fundamental, tais como na esfera das liberdades individuais, outrora conquistadas. A tendência iniciada em meados do século passado de maior concentração da população em grandes cidades, abandonando as pequenas terras, aldeias e vilas, em busca de melhores condições de vida em urbes de significativo peso demográfico e económico, facilitou a proximidade entre as pessoas e a facilidade de criação e promoção de grandes eventos, culturais, musicais, religiosos, juntando assim, frequentemente, multidões em espaços pequenos e confinados.

Paralelamente, os eventos sociais sempre fizeram parte da existência humana e da vida em sociedade, nomeadamente, como pretexto para a quebra da monotonia nas rotinas diárias, como fonte de descanso, entretenimento e como recompensa das longas jornadas de trabalho, assim como também para afirmar as suas identidades locais, religiosas, ou até para a simples satisfação pessoal. Temos presente que a segurança, cada vez mais, deixa de ser um problema do Estado ou de um País, passando a ser um problema à escala mundial. Exemplo disso, é o caso da SARS-CoV-2 e outros tipos de doenças infeto contagiosas. O que começou por ser uma doença infecciosa na China, rapidamente se propagou pelo mundo, provocando milhões de vítimas mortais originando um cruel atentado à segurança, neste caso sanitária, que constitui riscos severos para a segurança do Estado e dos cidadãos. Mas, os seus efeitos indiretos ainda não estão a ser refletidos e poderá ser que, num futuro a médio prazo, muitos problemas surjam à população mundial como consequência da atual crise pandémica. Mas, importa salientar que o país e que o mundo vive atualmente, momentos de incerteza e de muita vulnerabilidade, o que obriga

a refletir globalmente e não localmente, porque a insegurança não conhece barreiras nem fronteiras. Importante frisar, até aos dias de hoje, que o SSI não se mostra capaz de prever possíveis ataques, pelo que se revela pertinente ponderar sobre a devida consciencialização da sociedade, de que a ocorrência é uma possibilidade real. Adquirindo uma verdadeira ferramenta de capacitação da sociedade civil para colaborar em prol da segurança interna. Assim, todos os humanos são chamados a colaborar na defesa da “segurança” e todas as forças de segurança deverão adaptar as suas metodologias de ação a um novo mundo. Deverão ser acompanhados e motivados para as ações pedagógicas, de colaboração com todas as instituições e de respeito e admiração pelos sentimentos de boa-fé das pessoas.

Como a violência gera violência, no interior de cada força de segurança deve brotar a luz da concórdia e que o cidadão comum consiga perceber tal sentimento. Assim, torna-se mais fácil reconduzir as pessoas para o patamar da paz, da liberdade e do prazer em conectar-se com os outros. Simultaneamente, reduz o ímpeto para comportamentos mais hostis, mais conflituosos e para estados emocionais mais equilibrados, tal como se pretende difundir com o evento da Semana Santa, que, anualmente, se realiza na cidade de Braga.

5.2. Conclusão

Com a realização deste trabalho, constata-se que a articulação entre a Diocese e as Forças de Segurança no contexto da organização da Semana Santa, é feita por um elemento do Clero, não sendo realizada por nenhum profissional especializado nas questões da segurança, algo que poderia, por si só, melhorar a eficiência desta articulação. Face aos resultados obtidos através das entrevistas, parece-nos que seria pertinente que a Diocese de Braga tivesse alguém responsável e habilitado a pensar nos assuntos da segurança não só pelo elevado património religioso e artístico que possui, mas também pelo aspeto da segurança do crente, do praticante que vai à igreja e que participa nos diversos eventos religiosos. De facto, os entrevistados consideram que a Semana Santa é um evento seguro, opinião que se sustenta nas escassas ocorrências que se têm verificado ao longos

dos anos. Contudo, há um grande trabalho em termos preparatórios e preventivos e a presença maciça de agentes da PSP na cidade de Braga nos dias do evento funciona também como um efeito dissuasor de qualquer tentativa de crime.

Ficou claro que, das Forças de Segurança, só a PSP tem atribuída a zona urbana de Braga tendo competência a área para intervir na manutenção da paz e ordem pública. Por tal facto, a sua responsabilidade na manutenção da ordem é muita. De salientar que o modo de atuação próxima do cidadão e dos problemas evita um policiamento musculado e interventivo ou reativo, passando este a ser preventivo e próximo da comunidade. Um outro dado que ficou explícito foi a predisposição que todos os agentes de segurança têm para a cooperação, tal como acontece com o Poder Local, na Instituição da Câmara Municipal e da Instituição das Diocese de Braga, na preparação e na atuação do evento da Semana Santa, tudo fazendo para proporcionar bem-estar aos cidadãos e aos visitantes da cidade de Braga.

5.3. Debilidades do trabalho

Consideramos que o trabalho que aqui se apresenta é um “trabalho em curso”. Este foi uma reflexão sobre o tema, mas muitos deverão seguir-lhe dada a sua relevância em prol da felicidade humana. Contudo, queremos expressar o nosso sentimento do muito que ainda falta fazer, algum como consequência do atual estado social derivado da pandemia por Covid-19. Esta realidade, condicionou, sobremaneira, a metodologia inicialmente prevista para a realização desta dissertação. Pelo facto das procissões da Semana Santa não se terem realizado não foi possível estar no terreno juntos dos agentes envolvidos na organização de forma a aferir todas as particularidades inerentes ao processo de planeamento. Este aspeto condicionou a aplicação prática do projeto delineado, tendo implicações nas conclusões a retirar, bem como na produção de informação adicional que gostaríamos de ter feito para propor, nomeadamente, à Diocese de Braga.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, P. (2013). *Como tornar Portugal um país seguro: segurança nacional e prevenção da criminalidade*. Lisboa: Bnomics.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo actual*. (Z. E. Jorge, Ed.) Obtido em Outubro de 2019, de <http://books.google.com/books?id=ypADihZVRTEC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&s>
- Canotilho, J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. (Vol. 4ª Edição Revista). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, J. L., Magalhães, P., & Pais, J. M. (2013). *Portugal Social de A a Z - Temas em Aberto*. Impresa.
- Cerejeira, J., Correia, I., & Sousa, S. (2018). *Avaliação do impacto económico Semana Santa de Braga 2017*. Braga: UMinhoExec - Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.
- Chiavenato, I. (1994). *Teoria, Processo e Prática*. São Paulo: Makron.
- Clemente, D. M. (2004). As Religiões e a Paz. *Nação e Defesa, 2ª série.* , 159-168.
- Clemente, P. (2006). A Polícia em Portugal, da Dimensão Política Contemporânea da Seguridade Pública. Em *O paradigma da Polícia Privada, in Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva* (pp. 337-367). Almedina.
- Clemente, P. (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI.
- Costa, L. (2002). *Braga, Solenidades da Semana Santa . Holy Week Ceremonies*. (A. Saramago, Ed.) ELO.
- Coutinho, C. (2016). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Coutinho, J. P. (2012). Religião e outros conceitos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto., XXIV*, 171-193.
- Cunha, L. (2013). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Lidel.
- Delumeau, J. (2007). *Medos de ontem e de hoje*. In: Novaes, A. (coord.), *Ensaio sobre o medo*. Obtido em 9 de novembro de 2019, de <http://books.google.com/books?id=ht7AFnd55pMC&pg=PA51&dq=liberdade+e+seguran%C3%A7a&hl=ptP>
- Dias, F. J. (1997). *Criminologia o Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena* (Vol. 2ª Reimpressão). Coimbra Editora.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, Cidadadina e Segurança*. Coimbra: Almedina.

Dias, M. G. (2006). *Segurança Interna. II Colóquio de Segurança Interna*. Almedina.

Díaz, B. L., Torruco, G. U., Martínez, H. M., VarelaRuiz, M., & Bravo, L. D. (2013). *La entrevista, recurso flexible e dinámico*. (Elsevier, Ed.) Obtido em Julho de 2020, de <https://www.redalyc.org/pdf/3497/349733228009.pdf>

Elias, L. (2019). *O Terrorismo Transnacional Contemporâneo: Segurança, Justiça e Cooperação*. Nação e Defesa.

Fabregat, P. (2002). *La necesidad de la religión católica en el siglo XX*. Obtido em Agosto de 2020, de http://repositori.uji.es/xmlui/bitstream/handle/10234/79406/Forum_2002_6.pdf?sequence=1

Fernandes, L. F., & Valente, M. (2005). *Segurança Interna - Reflexões e Legislação*. Coimbra: Almedina.

Freixo, M. J. (2013). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas* (Vol. 4ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.

Gareth, J., & Palffy, G. (2020). *O livro das religiões*. Editorial Presença.

Gomes, P. V. (2008). *Reflexões sobre o novo quadro da segurança interna e o papel da segurança privada, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*. Coimbra: Almedina.

Gouveia, J. B., & Pereira, R. (2007). *Estudos de Direito e Segurança* (Vol. Volume I). Coimbra: Almedina.

GTD. (s.d.). Obtido em Setembro de 2020, de Global Terrorism Database: <https://www.start.umd.edu/gtd/>

Guedes, A., & Elias, L. (Edits.). (2010). *Controlos Remotos. Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Almedina.

INE . (s.d.). Obtido de Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Infopédia. (2004). (Editora, Porto) Obtido em 05 de 2020, de Euro 2004 in Infopédia: [https://www.infopedia.pt/\\$euro-2004](https://www.infopedia.pt/$euro-2004)

IPDT. (02 de 07 de 2019). Obtido de <https://www.ipdt.pt>: <https://www.ipdt.pt/turismo-religioso-onde-leva-fe/>

Lei nº 53/2008. Lei de Segurança Interna. (s.d.). Lisboa: Assembleia da República.

López-Nieto Mallo, F. (1992). *Seguridad Ciudadana y Orden Público*. Madrid: El consultor de los Ayuntamientos.

Madison, J. (6 de February de 1788). *The Structure of the Government Must Furnish the Proper Checks and Balances Between the Different Departments Independent Journal*. Obtido em Fevereiro de 2020, de http://www.strata.org/wp-content/uploads/sites/6/pdf/ag/federalist_no_51.pdf

Neves, C. (19 de Fevereiro de 2017). *Diário de Notícias*. Obtido em Janeiro de 2020, de dn.pt: <https://www.dn.pt/sociedade/religiao-movimenta-330-milhoes-de-turistas-por-ano-e-seis-milhoes-vao-a-fatima-5677138.html>

Norton, R. (2014). *Semana Santa: Historia e Implicaciones*. Obtido de http://digitalcommons.andrews.edu/christian-ministry-pubs/43?utm_source=digitalcommons.andrews.edu%2Fchristian-ministry-pubs%2F43&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages

Oliveira, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento*. Coimbra: Almedina.

Pardal, L., & Correia, E. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal.

Pereira, O. (2005). *Políticas Públicas e Coesão Social*. Obtido em Outubro de 2020, de Asociación de Estudios Euro-Americanos de Desarrollo Económico : <https://www.usc.gal/economet/reviews/eedi527.pdf>

Pereira, P. (2009). *Diagnóstico de situação do concelho de Braga*. Obtido em Janeiro de 2020, de Portal de Saúde Pública: http://www.saudepublica.web.pt/TrabPedro/ACES-Brg_DS-2009-2.pdf.

Peterson, J. B. (2020). *12 regras para a vida, um antídoto para o caos*. (H. Gonçalves, Ed.) Alfragide: Lua de Papel.

Poiares, N. (2005). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal. Tese (Doutoramento em Sociologia. Sociologia Política)*. (ISCTE-IUL, Ed.) Lisboa.

Poiares, N. (2018). *As Profissões (Para)Jurídicas em Portugal. Requisitos, Mandatos e Convergências*. Porto: Fronteira do Caos.

PORDATA. (s.d.). Obtido em Novembro de 2019, de PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo.: <http://www.pordata.pt/>

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (Vol. 2ª edição). Rio Grande do Sul, Brasil: FEEVALE.

Projeto Igreja Segura. (s.d.). Obtido de <http://www.igrejasegura.com.pt/DOWNLOAD/programa.PDF>

Rodrigues, C. (1999). *Lugares do Direito*. Coimbra: Coimbra Editora.

Rodrigues, M. L., & Silva, P. A. (2012). *Políticas Públicas em Portugal*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda & ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Leya.

Semana Santa Braga. (8 de Novembro de 2019). Obtido de Site oficial da Semana Santa de Braga: <https://semanasantabraga.com/>

Sistema de Segurança Interna. (2018). Obtido em setembro de 2020, de Relatório Anual de Segurança Interna 2018:

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>

Sistema de Segurança Interna. (2019). Obtido em setembro de 2020, de Relatório Anual de Segurança Interna 2019: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDA0sAAQJ%2bleAUAAAA%3d>

Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer uma investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor.

Teixeira, N. S. (2006). *Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna*. (Coord, Ed.) Lisboa: Relatório Final. IPRI/UNL.

TSF Rádio Notícias. (13 de 05 de 2017). (Luso) Obtido em 05 de 2020, de <https://www.tsf.pt/>: <https://www.tsf.pt/sociedade/vaticano-cerca-de-500-mil-fieis-assistiram-a-missa-em-fatima-8473138.html>

Valente, M. (2006). *II Colóquio de Segurança Interna*. (coord, Ed.) Almedina.

Valente, M. M. (2005). *I Colóquio de Segurança Interna*. (coord, Ed.) Coimbra.

Valente, M. M. (2007). *Terrorismo: Fundamentação de restrições dos Direitos*.

Xavier, I. A., & Martins, B. O. (2018). *Tensões na luta contra o terrorismo na Europa: Análise crítica aos desenvolvimentos nacionais e Europeus em 2015 e 2016*. Proelium VII.